FAPERS

RELATÓRIO ANUAL 2012

Expediente
Patrocinador: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - Ascar
Elaboração: Diretoria Executiva da Fapers, Gestão 2011-2014 e empregados da Fapers
Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 26 de março de 2013 - Ata nº 242
Fotos: Arquivo pessoal dos empregados da Fapers
Impressão: 2.240 exemplares

Fundação Assisitencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
Rua Marcílio Dias, 1073 - Bairro Menino Deus
Porto Alegre - RS
Fone: (51) 3231-7444
Website: www.fapers.org.br
E-mail: fapers@fapers.org.br

Sumário

	INTRODUÇÃO	3
1	**INSTITUCIONAL**	5
1.1	**Mensagem da Diretoria**	6
1.2	**Órgãos da Administração**	7
1.3	**Governança**	8
1.3.1	Missão, Valores e Objetivos	8
1.3.2	Certificação	8
1.3.3	Patrocinador	9
1.3.3.1	Dívida do Patrocinador – Processo de Mediação	9
1.3.4	Sistemas de Informática	10
1.3.5	As Ações Judiciais no Fundo de Pensão	10
1.3.6	Comunicação com o participante	10
1.3.6.1	Novidades no site	10
1.3.6.2	Link Transparência	10
1.3.6.3	Link Notícias	11
1.3.6.4	Rádio Previdência	11
1.3.6.5	Formas de contato	11
1.3.7	Comissão Permanente	11
1.3.8	Concurso Cultural	12
1.3.9	E-mail *Marketing*	12
1.3.10	Capacitações para empregados e conselheiros	12
2	**GESTÃO PREVIDENCIAL**	13
2.1	**Na trilha de caminhos mais seguros**	14
2.2	**A evolução dos caminhos na Fundação: os planos de benefícios**	14
2.3	**Relação de participantes ativos x assistidos**	15
2.4	**Correções de percurso**	17
2.5	**Iniciativas para a alteração ao longo da caminhada**	17
2.6	**Ações para o ingresso de novos participantes na caminhada**	18
2.7	**Os números da caminhada em 2012**	20
3	**GESTÃO DOS INVESTIMENTOS**	23
3.1	**A Área de Investimentos**	25
3.2	**Operacionalização dos investimentos: caminhada atual e futura**	25
3.3	**Investimentos por segmento**	27
3.4	**Estrutura de gastos para a Área de Investimentos no ano**	31
3.5	**Rentabilidade**	31
3.6	**Análise do exercício pela Área de Investimentos**	32
3.7	**Desenquadramentos e inobservâncias à Lei**	34
4	**GESTÃO CONTÁBIL**	35
4.1	**O Plano de Gestão Administrativa (PGA)**	36
4.2	**Demonstrações Contábeis**	37
4.3	**Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012**	38

4.4 Demonstração da mutação do patrimônio social (DMPS) 39
4.4.1 Demonstração da mutação do Patrimônio Social (BMPS) 39
4.4.2 Demonstração da mutação do ativo líquido por Plano de Benefícios (DMAL) 39
4.4.3 Comparativo entre a Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado (DMPS) e da Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios (DMAL) 41
4.5 Demonstração do ativo líquido por plano de benefício (DAL) 41
4.6 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) 44
4.7 Demonstração das obrigações atuariais dos planos de benefícios (DOAP) 44
4.8 Notas Explicativas 46

5 PARECERES
Auditores independentes 71
Parecer atuarial 77
Conselho Fiscal 79
Conselho Deliberativo 80

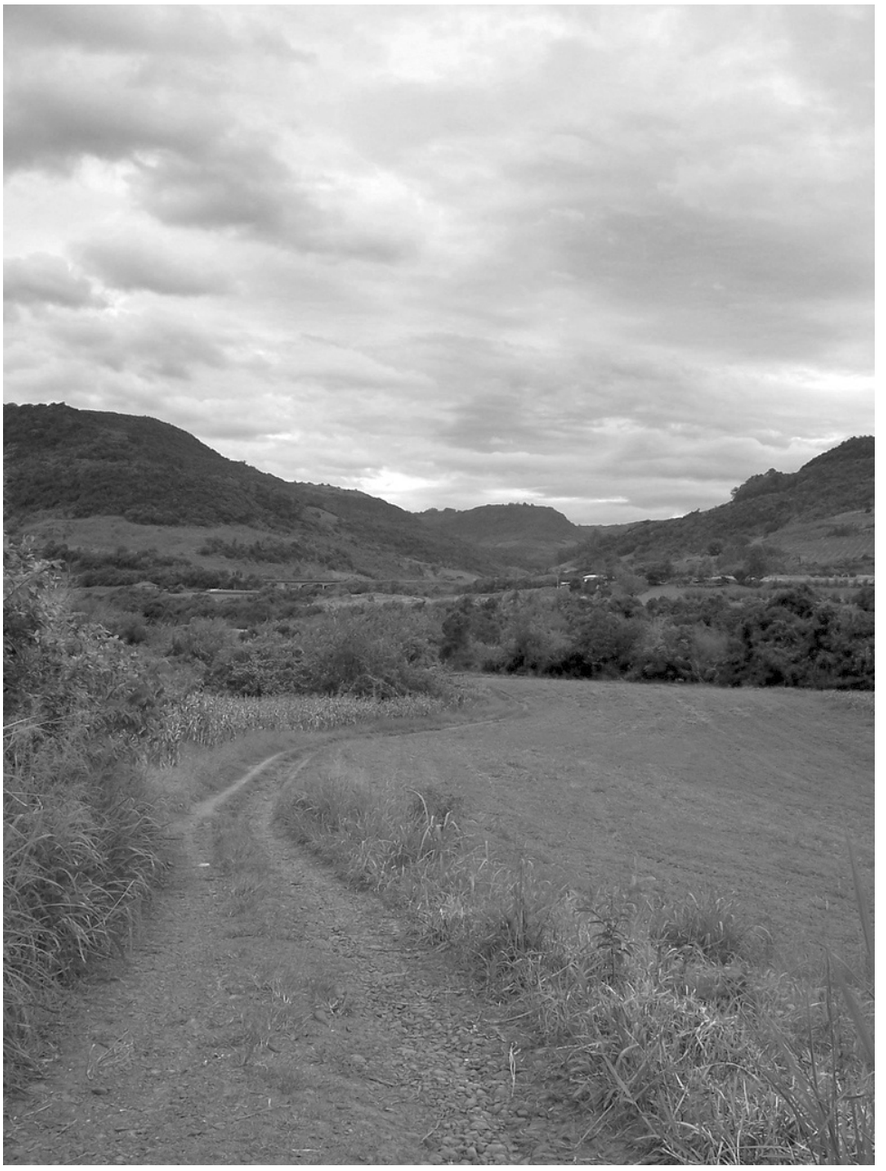
Introdução

O Relatório Anual das Atividades desenvolvidas pela Fapers, no ano de 2012, tem como objetivo apresentar o resultado dos trabalhos do ano. Este documento tem a finalidade de atender ao artigo 4º da Resolução nº 23/2006 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), que determina que seja elaborado o Relatório Anual de Atividades, com informações do exercício anterior a ser encaminhado a todos os participantes e beneficiários dos Planos administrados pela Fapers. A partir do próximo ano, espera-se implantar um Programa de Educação Previdenciária que substitua a modalidade impressa deste material pela modalidade eletrônica.

Com este documento, busca-se, prestar contas com o participante transmitindo em linguagem simples, com dados, gráficos e explicações, as ações da Fundação durante o exercício.

O conhecimento dos participantes e assistidos sobre o que ocorre na Fundação leva a discussão de novas posturas diante dos fatos, somando ideias e criando possibilidades de melhorias contínuas neste processo tão complexo e desafiador que busca garantir um amanhã melhor para todos os participantes.

Convidamos você, participante, a ler com atenção este Relatório, o qual foi construído no sentido de facilitar a compreensão do funcionamento do seu Fundo de Pensão.



INSTITUCIONAL

1. Institucional

1.1 Mensagem da Diretoria

O ano de 2012 iniciou sob a ameaça iminente de uma intervenção do Órgão Fiscalizar das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, diante do não cumprimento do Contrato de Re-ratificação da dívida assinado em 29 de dezembro de 2009, quando da criação do Plano Geral Saldado afetando o equilíbrio financeiro e atuarial do referido Plano.

Em 10 de outubro de 2012, em Brasília, foi assinado o Acordo entre Ascar e Fapers que definiu as regras e os compromissos das duas entidades para resolver o impasse e trazer equilíbrio ao Plano. A ação ocorreu junto ao órgão regulador e fiscalizador – PREVIC – por meio da Câmara de Mediação Conciliação e Arbitragem. Talvez as medidas adotadas para o equacionamento não venham ao encontro do plenamente desejável, porém foram àquelas possíveis para o equacionamento de uma situação que já vinha se arrastando e, se não equacionado, poderia levar a uma situação indesejável a todos os participantes do Fundo de Pensão.

Cumpre mencionar, que o equacionamento do déficit se deu também pelo fato dos participantes da Fapers acreditarem no seu Fundo, pois o mérito do equilíbrio também é deles, uma vez que as contribuições extraordinárias não são de exclusividade do patrocinador, mas atingem os participantes que também realizam seus aportes.

O ano de 2012, também foi um ano marcante com relação à questões internas da Fundação que trabalha na implantação de novos sistemas informatizados que trazem mais segurança aos dados do participante uma vez que até então, os sistemas não eram integrados dificultando processos.

Mesmo com um cenário econômico em transição, o patrimônio líquido da Fundação alcançou, em 2012, R$ 280.724.872,00, com rentabilidade líquida da cota do Plano Misto de 13,56% superando a Meta Atuarial em 1,24 %. Para 2013, o desafio será adequar os Planos as novas taxas de juros e a nova tábua de mortalidade que trará algumas mudanças no Plano de Custeio dos Planos.

Espera-se que com este Relatório os participantes possam além de visualizar a situação atual da Fundação também utilizar este documento como forma de capacitação individual.

Diretoria Executiva
Gestão 2011-2014

1.2 Orgãos da Administração

CONSELHO DELIBERATIVO		
	Titulares	**Suplentes**
Presidente	Leonir Bonavigo	
Vice Presidente	Hamilton Lauer Centeleghe	
	Nilton Pinho de Bem	Aldo Valmor Schimidt
	Volnei Wruch Leitzke	Derli Paulo Bonine
	Dulphe Pinheiro Machado Neto	Suzana Medianeira Lunardi
	Luiz Carlos Migliorini	Adelaide Juvena Kegler Ramos
	Jorge João Lunardi	Cesar Augusto B. de Medeiros
	José Carlos Paiva Severo	Carlos Roberto Vieira da Cunha

CONSELHO FISCAL		
	Titulares	**Suplentes**
Presidente	Gladimir Ramos de Souza	Maureen Spanenberg
	Luiz Pedro Trevisan	Claudio Rufino de Aguiar
	Valdir Sangaletti	Fernando Luiz Horn

DIRETORIA EXECUTIVA Gestão 2011-2014
Elisângela Froehlich Diretora Superintendente
Clever Renato Neuenfeldt Diretor Financeiro
Aluisio Santos Ribeiro Diretor de Seguridade

COMISSÃO MISTA DE INVESTIMENTOS		
Coordenador	Clever Renato Neuenfeldt	Diretor Financeiro
	Elisângela Froehlich	Diretora Superintendente
	Aluísio Santos Ribeiro	Diretor de Seguridade
	Marco Martins	Consultor de Investimentos
	Neiva Minussi Bidinotto	Contabilidade
	Sabrina Giacomoni Comelli	Contabilidade
	José Francisco K. Riffel	Investimentos
	Eliane G.R. Horn	Investimentos
	Fábio Martins Costa	Representante do Conselho Deliberativo
	Evandro Carlos Knob	Representante da Diretoria Executiva
	Valdiocir Silva de Freitas	Representante da Ascar

1.3 Governança

1.3.1 Missão, Valores e Objetivos

Missão

Elaborar, conceder e administrar planos de previdência complementar, com segurança, dentro da política de recursos humanos do Patrocinador Ascar, promovendo a qualidade de vida dos seus participantes e assistidos.

Valores

- Foco nos interesses/necessidades dos participantes e assistidos.
- Persistência diante das dificuldades.
- Segurança nos investimentos, atitudes e decisões.
- Integração e colaboração com o Patrocinador.
- Trabalho em equipe.
- Espírito empreendedor.
- Comportamento ético.
- Gestão participativa.

Objetivos

I – administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, aos empregados vinculados aos PATROCINADORES, aos associados, aos INSTITUIDORES e grupos familiares dos mesmos.
II – pagar benefícios previdenciais.
III- promover o bem-estar dos seus destinatários.

1.3.2 Certificação

Em 2012, 07 (sete) membros dos Conselhos, Comissão de Investimentos e empregadas foram certificados para atender a legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em específico a Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, a qual exige a certificação dos profissionais que fazem parte dos processos decisórios de investimentos.

O certificado foi conferido a partir da realização da prova de conhecimentos da ANBIMA – Associação Nacional das Entidades dos Mercados Financeiro e Capitais, entidade de reconhecido mérito pelo mercado financeiro internacional.

Nomes	**Área de Atuação**
Carlos Roberto Vieira da Cunha	Conselho Deliberativo
Claudio Rufino de Aguiar Maureen Spanenberg	Conselho Fiscal
Valdiocir Silva de Freitas	Comissão Mista de Investimentos
Neiva Minussi Bidiontto Sabrina Giacomoni Comelli	Área de Contabilidade

O atendimento a esta legislação resulta em melhorias na governança e prevenção de riscos para a Fundação e para os planos de benefícios administrados, tendo em vista que a referida prova testa a capacidade dos participantes em processos decisórios dos investimentos. A cada nova certificação, os nomes são divulgados no ícone Notícias.

Acompanhe as certificações, esta qualificação é importante para a gestão da Fundação!

1.3.3 Patrocinador Ascar

1.3.3.1 Dívida do Patrocinador - Processo de Mediação

No dia 10 de outubro de 2012 a Fapers e Ascar assinaram o Acordo de equalização da dívida/*déficit* junto a Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC. A Diretoria Executiva e os Conselhos da Fapers não mediram esforços para equacionar o déficit do Plano Geral Saldado que, em dezembro de 2012 perfazia um total de R$ 80 milhões.

O resultado deficitário do Plano ocorreu em função das seguintes situações:
- Dívida Financeira assinada, em 2000, com o acúmulo de índices de reajuste (IGPM ou rentabilidade do Plano no período de 2001 a 2009);
- Recálculo do valor do benefício dos participantes ativos e aposentados retroativo a dezembro de 2000 com premissas de idade diferentes das dos cálculos originais dos planos;
- Migração de pensionistas oriundas do PBD I, com aumento de 40% valor do benefício;
- Migração de participantes aposentados do PBD I, com a futura pensão majorada em 40%;
- Juros e correção do contrato assinado dezembro de 2009 que crescia a cada mês.

Até a assinatura do Acordo foram realizadas as seguintes diligências: 08 reuniões do Conselho Deliberativo da Fapers; 04 reuniões do Conselho Técnico Administrativo – CTA da Emater/RS-Ascar; 06 reuniões com o Escritório Regional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em Porto Alegre; 02 reuniões com representantes da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - ANAPAR; 03 reuniões junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da PREVIC; 06 reuniões com representações dos empregados: Semapi, Asae, Senge, Simvetrs, Sintargs, Aesr, Asapas e Associação dos Classificadores; reuniões entre as diretorias, destas 03 com participação de representantes eleitos e indicados do Conselho Deliberativo e Fiscal.

Após a homologação do Acordo junto à PREVIC, as Entidades encaminharam o mesmo para homologação na esfera judicial. Até o final de 2012, o mesmo ainda não havia sido homologado.

Em função da determinação legal que prevê que a Fapers deverá obedecer, além da Lei nº 109/2001, também a Lei nº 108/2001 para efeitos de paridade contributiva, o *déficit* atuarial relacionado ao PGS deverá ser equacionado de forma paritário (50%/50%) entre Patrocinador Ascar, participante e assistido conforme Parecer nº 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU, de 23 de julho de 2012. O prazo de amortização do referido déficit será de 21 anos. A correção monetária e a Taxa de juros a serem aplicadas seguirão os termos constantes no Parecer nº 210/2012/CGTR/DITEC/PREVIC, de 20 de julho de 2012, ou seja, INPC + 6% a.a., tabela *Price.* Ainda não estão concluídos os cálculos que estabelecerão os percentuais da contribuição extraordinária do participante. Estima-se que o percentual seja em torno de 20% (vinte por cento).

A Fundação efetuará a cobrança da parte que compete aos participantes ativos e assistidos na forma da legislação obedecendo as Despacho nº 306/2012/CGDC/DICOL/PREVIC, de 04 de outubro de 2012, também disponível no *site* da Fundação, no link Transparência.

Após a homologação judicial serão realizadas reuniões de Interiorização junto aos regionais da Ascar no sentido de levar informações sobre os procedimentos a serem tomados para a equalização do *déficit* pelos participantes, bem como, dirimir dúvidas acerca da negociação junto ao Patrocinador.

É rápido! É fácil! Acesse o *site* da Fapers e faça o login para a área restrita e tenho acesso ao link Transparência, para visualizar os documentos citados na matéria acima e outras informações importantes sobre sua Fundação.

1.3.4 Sistemas de informática

Em 2012, foi iniciada a substituição dos sistemas das Áreas de Contabilidade, Investimento e Seguridade, com a empresa INTECH, que além de dinamizar o cruzamento de informações, auxiliará nos controles internos, minimizará os riscos de equívocos, bem como, reduzirá o custo mensal de manutenção. A troca de sistemas objetiva também realizar uma auditoria nos dados cadastrais da Área de Seguridade.

Estima-se que no primeiro trimestre/2013, a implantação estará concluída. Conheça a empresa que presta serviço e desenvolve os sistemas, acessando: http://www.intech.com.br/.

1.3.5 As ações judiciais no Fundo de Pensão

A assessoria jurídica da Fundação é prestada pelo Escritório de Advocacia Cenço & Cenço Advogados Associados. O referido escritório é composto por 7 advogados e atende a Fapers nas áreas Previdenciária e Trabalhista. Outras informações sobre esta assessoria podem ser vistas no *site* http://www.cencoadvogados.com.br. O referido escritório presta serviço a Fundação a mais de 15 anos.

É direito de todo cidadão procurar a justiça para ter suas questões por ela mediadas. No entanto, no caso dos Fundos de Pensão, é importante atentar que todos os participantes podem ser prejudicados pelas ações judiciais contra os planos de previdência complementar uma vez que o Patrimônio é dos Planos, dos participantes e não da Fundação. Quando um participante ganha uma ação a referida despesa acaba sendo dividida entre todos, podendo acarretar desequilíbrios e gerar aumento da contribuição de todos.

Então, se você trem dúvidas venha até a Fapers que sua equipe terá o maior prazer em atendê-lo e procurará ao máximo dirimir suas dúvidas!

1.3.6 Comunicação com o Participante

1.3.6.1 Novidades no *site*

O dinamismo na comunicação é marca registrada deste século. Diante deste fato, o *site* da Fapers, www.fapers.org.br, durante 2012, sofreu ajustes para qualificar o acesso do participante. Podemos destacar alguns ícones/link importantes:

1.3.6.2 Link Transparência

É um espaço criado com o objetivo de manter os participantes atualizados acerca das principais deliberações, pareceres e outros atos dos Órgãos da Administração da Fundação.

Acessando esse link você fica sabendo das principais discussões que afetam ou podem vir a afetar o desempenho dos seus Planos de Benefícios, bem como, ter acesso ao resumo das Atas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

1.3.6.3 Link Notícias

Em 2012, na página principal, há um sistema de rolagem de notícias, sendo que ficam aparentes as seis Notícias mais atuais da Fundação. Para acompanhar as Notícias anteriores, basta clicar no ícone "Ver mais Notícias". Durante o ano de 2012, foram postadas 116 notícias, sendo uma média de 9 por mês.

1.3.6.4 Rádio Previdência

A Fapers visando ampliar a comunicação com o seu participante e assistido, aderiu, no dia dezesseis de agosto, ao portal da Rádio Previdência. O portal é uma ferramenta gratuita aos Fundos de Pensão que disponibiliza informações técnicas, cursos específicos *online*, troca de experiências, além de notícias e artigos, para ler ou ouvir, sobre o sistema de Previdência Complementar.

Sua programação tem foco nos principais eventos sobre a Previdência Complementar, mescla notícias com música e divulga congressos, seminários, encontros, treinamentos e atividades desenvolvidas pelas Fundações.

Acompanhe a Rádio Previdência no *site* http://www.radioprevidencia.com.br ou clique no ícone da Rádio no *site* da Fapers e tenha informações da sua Fundação e do setor de Previdência Complementar.

As gravações das informações prestadas na referida Rádio podem ser acessadas no ícone Educação Previdenciária, na opção Áudios.

1.3.6.5 Formas de Contato

Os associados tem a sua disposição, além dos e-mails individual de cada setor, os e-mail: sugestao@fapers.org.br e ouvidoria@fapers.org.br. Também está disponível o número 0800 643-74 44.

1.3.7 Comissão Permanente

Tendo em vista a necessidade cada vez maior de aproximar as Entidades representativas dos empregados da Ascar com o que acontece na Fapers é que no ano de 2012 foi criada uma Comissão Permanente integrada pelas seguintes entidades: Asae, Asapas, Aesr, Associação dos Classificadores, Semapi, Senge, Simvetrs e Sintargs. O objetivo desta Comissão é levar informações, esclarecer dúvidas e coletar sugestões no sentido de fortalecer o Fundo. A primeira reunião foi realizada no dia 10 de agosto de 2012. As demais reuniões foram agendadas para as terceiras sextas-feiras de cada mês.

Acompanhe a representação das entidades junto a Fapers, no link Notícias, caso tenha sugestões de assuntos a serem abordados, envie um e-mail para: sugestao@fapers.org.br.

1.3.8 Concurso Cultural

"FAPERS Informa"... Sim, a Fapers informa, este é o resultado do Concurso Cultural lançado para escolha do nome do Informativo da Fapers. A comissão julgadora baseou a escolha levando em consideração, a criatividade e comunicação sendo o colega Valdecir Gotardo, do Municipal de Maratá, o vencedor.

Esperamos sua participação nos próximos concursos!

1.3.9 E-mail *Marketing*

Visando dinamizar e qualifica a comunicação entre a Fundação e seu participante, a Fapers está usando uma ferramenta conhecida como e-mail *marketing* para enviar mensagens aos participantes. Esta tecnologia permite divulgar informações parta todos os participantes que tem endereço eletrônico.

O e-mail *marketing* vem sendo muito utilizado pelas empresas, sobretudo porque é seguro, economiza tempo, e permite o envio de mensagem em lote de forma automática. Eis mais um motivo de manter seu cadastro atualizado!

1.3.10 Capacitações para empregados e conselheiros

No mês de maio, a equipe de empregados da Fundação participou de uma capacitação interna, com a consultoria PRP Soluções Contábeis, que teve como objetivo chamar a atenção aos controles internos que estão sendo desenvolvidos nas diferentes áreas da Fundação e que culminarão na Matriz de Risco a ser finalizada em 2013 após a implantação do novo sistema de informática. Na ocasião também foi dado foco na necessidade da qualidade das informações geradas pelas diferentes áreas uma vez que um descompasso pode afetar os dados da Fundação como um todo.

Durante o ano, além da equipe de empregados, também participaram de capacitações membros da diretoria e dos conselhos, tais como: Capacitação para Certificação da ANBIMA e outros eventos promovidos pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão).

Buscando uma gestão interna atualizada e mais eficiente os empregados/diretores da Fundação participam das seguintes Comissões Técnicas da Região Sul da ABRAPP:

Nome	Área de Atuação	Comissão Técnica
Elisângela Froehlich	Superintendência	Assuntos Jurídicos
Aluisio Santos Ribeiro	Diretor de Seguridade	Seguridade
Clever Renato Neuenfeldt	Diretor Financeiro	Investimentos
Cátia Berger Rolim	Secretaria	Comunicação e Marketing
Sabrina Giacomoni Comelli	Contadora	Contabilidade
Camila Boari Tejada	Seguridade	Atuária

De acordo com a ABRAPP, as Comissões Técnica foram criadas a fim de oferecer subsídios para a realização de estudos, treinamento, desenvolvimento dos profissionais, possibilitando apoio técnico nas tomadas de decisões.

GESTÃO PREVIDENCIAL

2. Gestão Previdencial

- "Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui? – perguntou Alice.
- Isso depende muito de para onde queres ir - respondeu o gato.
- Preocupa-me pouco aonde ir - disse Alice.
- Nesse caso, pouco importa o caminho que sigas - replicou o gato."
(Diálogo do filme Alice no País das Maravilhas)

2.1 Na trilha de caminhos mais seguros...

A Gestão Previdencial é realizada pela Área de Seguridade e é dividida em dois grandes processos. De uma forma simplificada pode-se entender o processo de ARRECADAÇÃO como aquele onde são processadas as novas adesões e o recolhimento das contribuições ordinárias e extraordinárias e o processo de BENEFÍCIOS, que é o responsável pelo processamento da Folha de Benefícios dos aposentados e pensionistas.

O responsável pela área é o Diretor de Seguridade Aluísio Santos Ribeiro. Com ele trabalham na área, atualmente, 2 empregadas e 1 estagiária. No processo de arrecadação a Bernadeth de Lourdes Barcellos Adams e no de benefícios a Leni Schultz. A área também conta com a estagiária em atuária Camila Boari Tejada. A parte atuarial fica por conta da consultoria Equipe Atuarial que é responsável pelas Notas Técnicas, Demonstrativos Atuariais, dentre outras questões afetas a área atuarial. Você pode conhecer mais sobre esta consultoria na página da internet http://www.equipeatuarial.com.br/. Cumpre mencionar que, durante o ano de 2012, a Fundação esteve imbuída na troca de sistemas da área para um melhor atendimento aos participantes bem como para definir processos mais seguros e instituir controles internos mais eficazes contando, para tanto, com a consultoria especializada da empresa PRP Soluções.

2.2 A evolução dos caminhos na Fundação: os Planos de Benefícios

Para saber que caminho seguir é preciso definir primeiro aonde se quer chegar. Definido o ponto de chegada é preciso estar ciente de que invariavelmente o caminho não é retilíneo e a caminhada nem sempre avança em velocidade constante. Não raro, correções de percurso precisam ser feitas.

Em 1981, a Fapers iniciou uma caminhada com o objetivo de elaborar, conceder e administrar planos de previdência complementar. Neste item da Gestão Previdencial, a Área de Seguridade apresenta os caminhos percorridos durante o ano de 2012 e tudo o que aconteceu nesse período que diz respeito a você, participante, e seus beneficiários.

Vamos iniciar percorrendo as alamedas do Plano de Benefício Definido I – PBD I, primeiro Plano instituído na Fundação na modalidade de benefício definido. Hoje o plano conta com 16 participantes, sendo 15 em gozo de benefício e 1 ativo. É um plano fechado para a entrada de novos participantes. Seu desembolso mensal é de R$ 44.229,10 com o pagamento de 15 benefícios.

Seguindo em frente, vamos trilhar o Plano de Benefício II- Plano Misto. Foi o Plano instituído em 2001, na modalidade de contribuição variável resultado da migração de participantes do Plano de Benefício Definido I – PBD e da adesão de novos participantes. É o único Plano aberto para novas adesões e conta com 2.018 participantes, sendo 1.589 ativos e 429 em gozo de benefício.

Avançando em nossa caminhada, vamos focar agora no Plano Geral Saldado – PGS. Criado em 2009, a partir de cisão no Plano de Benefício II - Plano Misto que incorporou todos os participantes

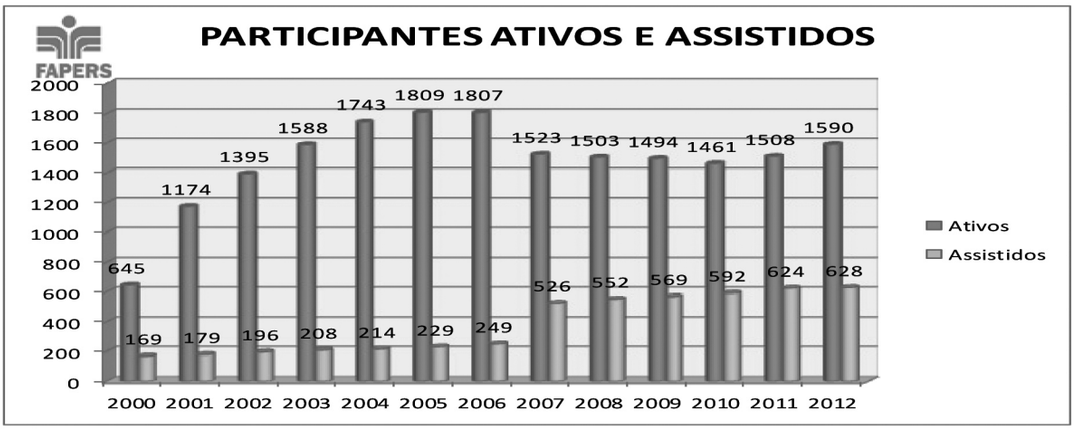
ativos, aposentados e pensionistas que se encontravam vinculados à Fapers em 31 de dezembro de 2000. É um Plano que está fechado para o ingresso de novos participantes e conta com 704 participantes.

Confira o total de participantes da Fundação por categoria no quadro abaixo com referência no mês de dezembro de 2012.

Participantes ativos	**1.588**
Aposentados	**557**
Pensionistas	**83**
TOTAL	**2.228**

2.3 Relação de participantes ativos x assistidos

Planos de benefícios na modelagem de benefício definido e contribuição variável como é o caso dos Planos da Fundação são mantidos pela gradual renovação dos participantes. Pelo gráfico abaixo é possível vizualizar, anualmente, o número de participantes ativos e assistido da Fundação.

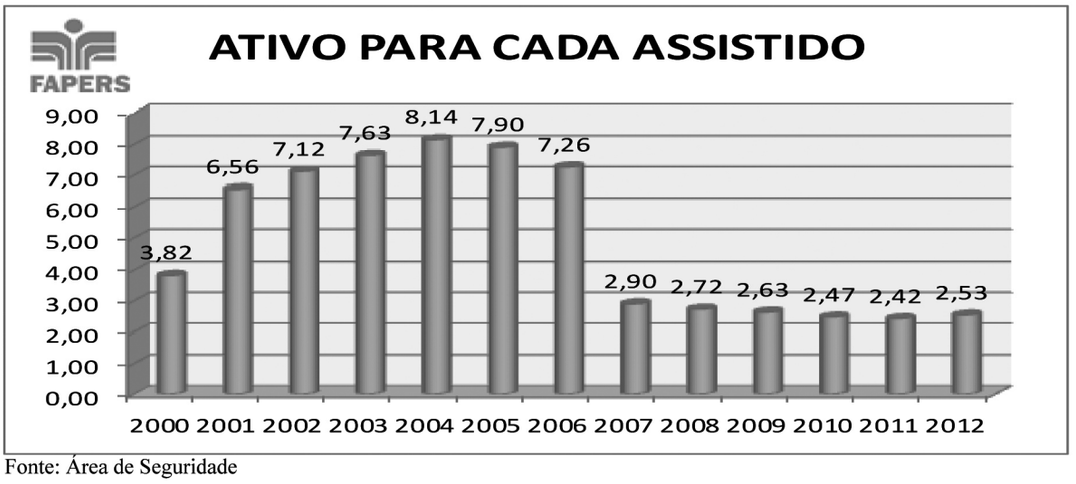


Fonte: Área de Seguridade

Ao analisarmos o gráfico acima percebe-se que há um sensível aumento no número de participantes ativos, porém ainda pequeno para fazer frente ao crescimento do número de assistidos.

Dentre as causas prováveis deste crescimento lento pode-se ventilar o fato da não compulsoriedade da Previdência Complementar, bem como na mudança da visão do jovem que ingressa hoje no mercado de trabalho. No caso específico da Fapers, olhando historicamente, pode-se perceber lapsos temporais onde participantes dos próprios planos não incentivam a entrada de novos, atitude de esta que pode ser vista como "um tiro no próprio pé", pois nos Planos da Fapers, a entrada dos novos é fundamental pois mantém o equilíbrio dos Planos tornando-os menos sucetíveis a *déficits*. Lembre-se: o ativo de hoje, é o aposentado de amanhã!

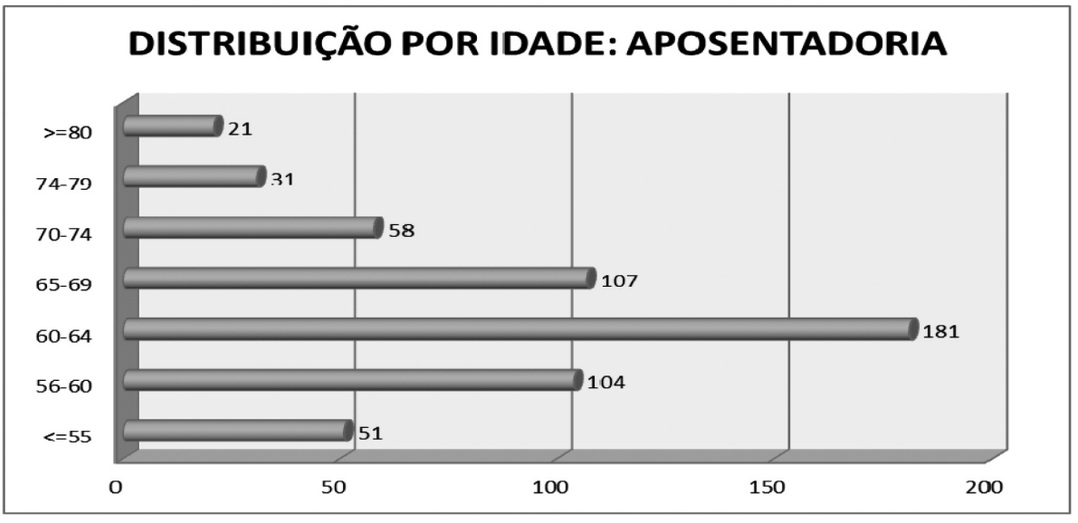
Para elucidar a abordagem da página anterior, o gráfico abaixo demonstra a relação participante **ativo x assistido**, ao longo dos anos.



Fonte: Área de Seguridade

Você que é ativo e participante da Fapers, incentive seu colega a ser participante!

Ao visualizarmos a relação assistido x ativo nos planos administrados pela Fundação surge um questionamento importante que tem a ver com a idade com que os participantes vêm buscar o benefício na Fapers. Para fazer frente a este questionamento foi realizado um levantamento que culminou no seguinte gráfico:



Fonte: Área de Seguridade

Percebe-se, a partir do gráfico acima que a Fapers segue a tendência mundial de que a maioria dos empregados busca a aposentadoria com idade acima de 60 anos. Este reflexo pode ser visto, de um modo geral, em Planos de outras Entidades que já utilizam 60 anos como a idade de elegibilidade para recebimento de benefícios. Para a Fapers, esta estatística pode auxiliar tanto no planejamento dos Planos, para uma futura modificação na idade de elegibilidade, quanto nas aplicações financeiras.

2.4 Correções de percurso

Com a finalidade de garantir processos mais seguros na Área de Seguridade, bem como, para instituir controles internos capazes de identificar possíveis problemas em longo prazo foram e estão sendo implementadas na área as seguintes medidas saneadoras:

a) Mudança no sistema de informatização dos processos tanto para a fase de arrecadação quanto de benefícios. Esta mudança se deve ao fato de que os sistemas de informática das áreas não eram integrados, resultando numa série de processos manuais suscetíveis a erros.

b) Cobrança das contribuições ordinárias, extraordinárias e empréstimos por meio da Folha de Pagamentos da Ascar. Mudança que deve diminuir consideravelmente a inadimplência das contribuições ordinárias.

c) Alterações na data de pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas que passou a ser realizado no último dia útil de cada mês de modo que a área tenha mais tempo hábil para a conferência dos pagamentos de benefícios.

d) Elaboração de Relatório Circunstanciado sempre que ocorrerem fatos que fujam a rotina ou alterações em processos de arrecadação ou pagamento de benefícios. A adoção deste tipo de relatório deve-se ao fato de que os processos internos devem ficar documentados de modo que não se perca a história.

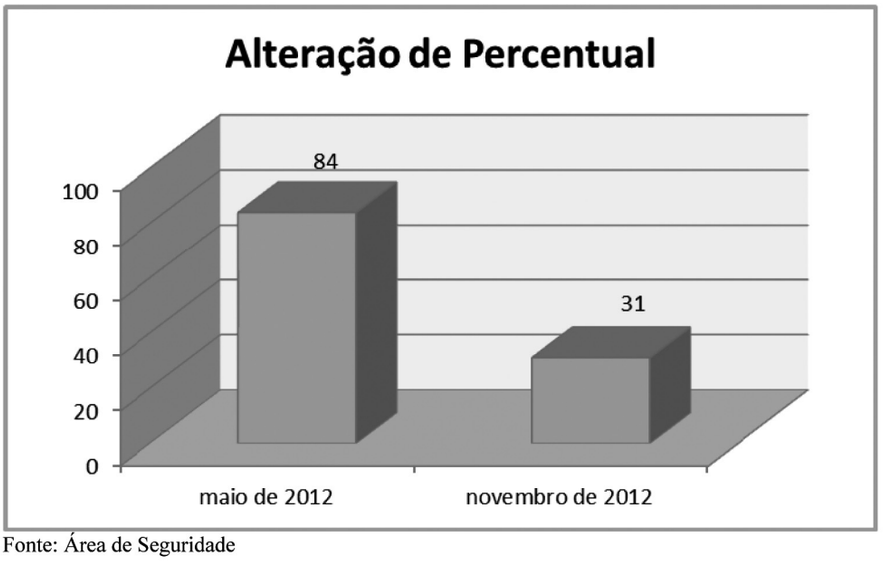
2.5 Iniciativas para a alteração de percentual ao longo da caminhada

Não raras vezes percebe-se que ao aderir ao Fundo de Pensão, definindo o percentual inicial de contribuição, alguns participantes verificam este somente quando próximos da aposentadoria. Importante lembrar que o fator TEMPO, é fundamental para se atingir valores próximos aos benefícios almejados.

Para que o participante entenda a importância da alteração percentual ao longo da atividade laboral e a influência do fator tempo sobre o seu benefício, a Fundação realizou um levantamento que selecionou participantes entre 20 e 36 anos identificando dentre estes, 147 participantes com contribuição abaixo de 5%.

Buscando uma metodologia a ser aplicada nos próximos anos, além das reuniões no interior, a Fundação encaminhou uma correspondência aos selecionados com o objetivo de “mostrar um caminho diferente” para uma aposentadoria tranquila dentro da expectativa de cada participante. A correspondência consistia na simulação com o percentual atual e a 7,41%, limite aportado pelo Patrocinador.

Como resultado desse trabalho 97 participantes solicitaram a alteração de percentual em maio, com vigência a partir de julho/2012 e 36 solicitaram em novembro/2012, com vigência a partir de janeiro/2013.



Fonte: Área de Seguridade

O gráfico acima mostra que em 2012, 84 participantes aumentaram suas contribuições ordinárias nos meses de maio e novembro.

Por meio do simulador de aposentadoria que está nos *site* da Fapers, é possível simular qual o valor do beneficio mensal que você irá receber na idade desejada de acordo com o percentual de contribuição. O valor da aposentadoria, também, poderá ser simulado considerando idades e percentuais de contribuição diferentes.

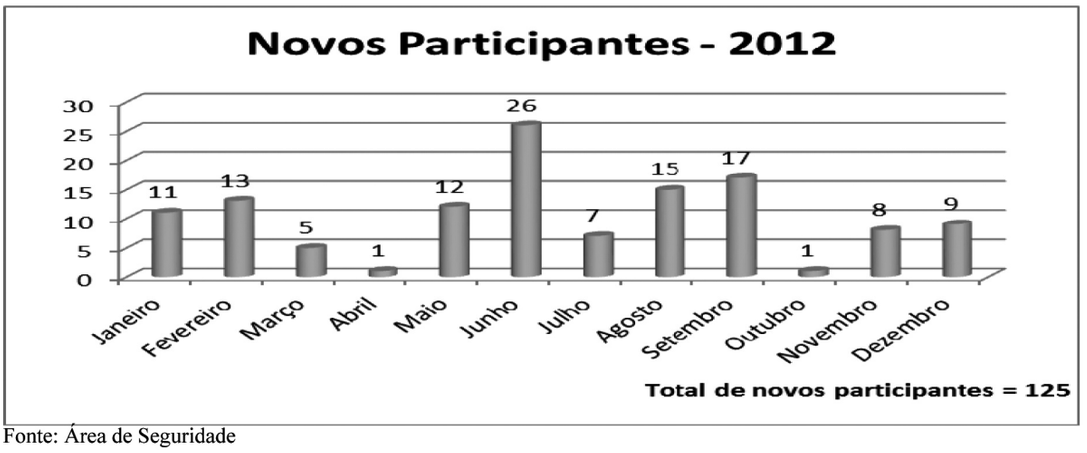
2.6 Ações para o ingresso de novos participantes na caminhada

A Fapers durante o ano de 2012, participou de diversos eventos em parceria com o objetivo de esclarecer dúvidas, iniciar o processo de educação previdenciária e, principalmente qualificar a informação levadas aos novos empregados contratados pelo Patrocinador, estimulando a adesão ao Plano Misto.

O quadro a seguir informa a data, local, tipo de evento e abrangência desse trabalho.

Data	Municípios	Evento	Abrangência
De 04 a 07 de Março	Não Me Toque	Expodireto	30 empregados
De 20 a 23 de Março	Rio Pardo	Expoagro Afubra	23 empregados
De 02 a 04 de Abril	Pelotas, Canguçu e Cerrito	Reuniões Microrregionais	103 empregados
Dia 19 de Abril	Porto Alegre	Reunião do Senge	20 delegados sindicais
Dia 25 e 26 de Abril	Passo Fundo e Tapejara	Reuniões Micro Regionais	55 empregados
De 02 a 04 de Maio	Santa Rosa	Fenasoja	22 empregados
Dia 07 de Maio	Carazinho	Reunião Microrregional	35 empregados
Dia 08 de Maio	Passo Fundo	Reunião Microrregional	31 empregados
Dia 09 de Maio	Palmeira das Missões	Reunião Microrregional	28 empregados
Dia 10 de Maio	Sarandi	Reunião Microrregional	19 empregados
Dia 22 e 23 de Maio	Santa Rosa	Reunião Microrregional	56 empregados
Dia 24 de Maio	Cruz Alta	Reunião Microrregional	75 empregados
Dia 25 de Maio	Humaitá	Reunião Microrregional	61 empregados
Dia 07 de junho	Caxias do Sul	Reunião Microrregional	48 empregados
Dia 01 de Agosto	Ijuí	Reunião Regional	75 empregados
Dia 02 de Agosto	Santa Rosa	Reunião Regional	78 empregados
Dia 03 de Agosto	Veranópolis	Reunião Regional	102 empregado
Dia 07 de Agosto	Erechim	Reunião Regional	92 empregados
Dia 08 de Agosto	Passo Fundo	Reunião Regional	131 empregados
Dia 09 de Agosto	Santa Maria	Reunião Regional	108 empregados
Dia 15 de Agosto	Tramandaí	Capacitação Inicial	35 novos empregados
Agosto/Setembro	Porto Alegre	Expointer	50 empregados
Dia 26 de outubro	Porto Alegre	Capacitação Inicial	42 novos empregados
Dia 27 de novembro	Taquara	Reunião Microrregional	51 empregados
Dia 28 de Novembro	Osório	Reunião Microrregional	45 empregados
Dia 20 de Novembro	Porto Alegre	Capacitação Inicial	83 novos empregados
Dia 29 de Novembro	Glorinha	Reunião Microrregional	23 empregados
	31 eventos		**1. 421pessoas**

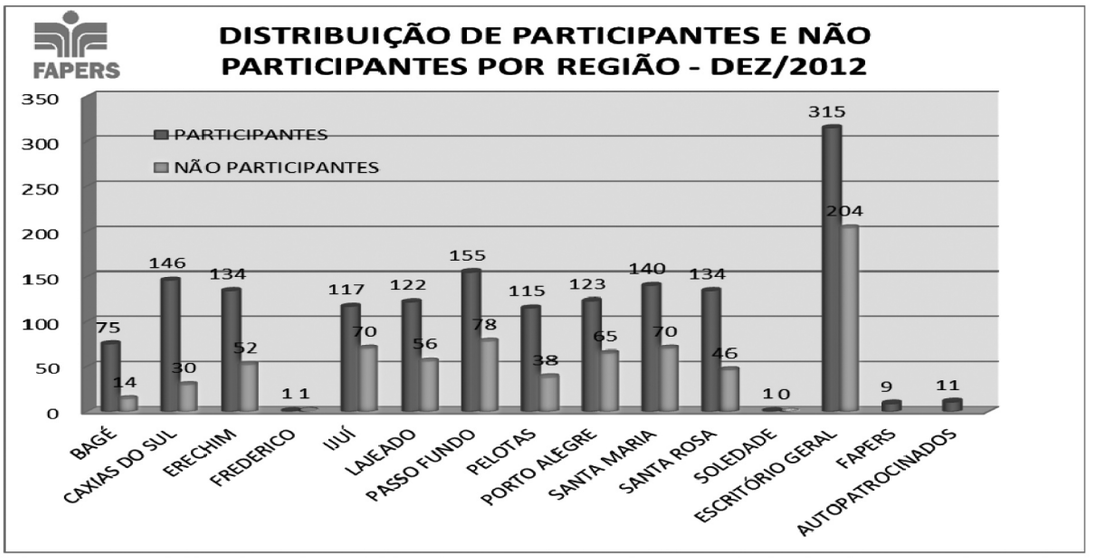
Desta jornada de reuniões resultaram as adesões apresentadas no gráfico abaixo.



Fonte: Área de Seguridade

Fica evidente no gráfico apresentado que o maior número de novos participantes se deu após as reuniões de interiorização, com destaque para os meses de junho, agosto e setembro, o que indica a importância deste tipo de ação junto ao novo empregado da Ascar.

Dado o ingresso de novos participantes ainda ser abaixo do esperado, foi realizado no ano de 2012, um levantamento da distribuição dos não participantes por região. No gráfico abaixo, você pode observar o comparativo entre participantes e não participantes por região administrativa da Ascar. Destaque para o grupo do Escritório Central que embora tenha o maior número de participantes, também tem o maior número de empregados que ainda na aderiram ao Plano Misto.



Fonte: Área de Seguridade

Para fazer frente a este cenário buscando um ingresso maior de participantes, a Fundação estará promovendo, em 2013, ações conjuntas com a Gerência de Recursos Humanos da Ascar em todas as regiões administrativas que compõem a Emater/RS-Ascar.

2.7 Os números da caminhada em 2012

Em 2012, 17 participantes se aposentaram. Ocorreram 5 óbitos e foram pagos 5 pecúlios por morte, num total de R$ 304.984,30. Foram pagos 28 resgates de contribuições num total de R$

925.252,56. Estes resgates pagos referem-se a participantes que rescindiram seu contrato de trabalho com a Ascar e não tinham elegibilidade para solicitar a sua aposentadoria, principalmente no requisito idade mínima.

O quadro abaixo informa sobre os benefícios concedidos com seus respectivos valores:

Benefícios	Total pago no ano
Aposentadoria Tempo Serviço	549.994,60
Renda Vitalícia (Aposentadoria no Plano Misto)	1.311.244,63
Renda Temporária	586.956,74
Aposentadoria por Invalidez	666.415,22
Pensões Plano Misto	1.022.762,16
Auxílio-doença	263.478,01
Aposentadoria Saldada	9.871.916,09
Pensões PGS	1.315.751,30
Pecúlios Plano Misto	269.064,50
Pecúlios PGS	35.919,80
TOTAL NO ANO	**15.893.503,05**

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

3. Gestão dos Investimentos

"São os passos que fazem o caminho."
Mário Quintana

2012: Reversão de expectativas na caminhada

Por Marco Martins
Consultor para a Área de Investimentos

O ano de 2012 foi caracterizado por ser um período bastante conturbado em termos de cenário econômico, tanto internacional como para a economia brasileira. O ano começou sob o temor de uma crise bancária na Zona do Euro e seus riscos de propagação para o restante das economias, exigindo um esforço concentrado do Banco Central europeu e dos países integrantes do Euro para a criação de instrumentos adequados, visando ao saneamento do sistema financeiro europeu. A construção política para a estruturação destes instrumentos foi capaz de afastar rapidamente o risco de crise bancária, mas não conseguiu reverter o quadro de baixos níveis de crescimento econômico, alto nível de desemprego e suas consequências sobre a demanda global.

Do outro lado do Oceano Atlântico, os Estados Unidos demonstraram mais agilidade e assertividade na construção de medidas capazes de esboçar alguma recuperação nas taxas de crescimento, tendo apresentado um crescimento de PIB de 2,2%, o que garantiu dentre outras coisas uma taxa de desemprego mais favorável e a reeleição do Presidente Barak Obama. Vale lembrar que este desempenho foi forjado "a ferro e fogo", com muita negociação política, incentivos efetivos do governo, bem como um discurso uníssono de todos seus integrantes no sentido de reverter as expectativas negativas da economia, mesmo tendo havido no final de 2012 necessidade de se renegociar as metas fiscais e o financiamento do déficit orçamentário (abismo fiscal).

A economia chinesa por sua vez, embora apresentasse uma taxa de crescimento robusta (7,8%), teve um ritmo menos intenso, consequência de um cenário menos favorável, tendo que administrar dentre outras coisas uma demanda externa menor e preços de *commodities* pressionando sua taxa de inflação.

Na economia brasileira, o ano começou com as autoridades econômicas projetando inflação próxima ao centro da meta e taxas de crescimento entre 3,5% a 4%. O mercado recalculou seus números bem mais rapidamente que a otimista equipe econômica, reduzindo pouco a pouco as expectativas de crescimento e aumentando as expectativas para o IPCA, de maneira que o PIB brasileiro fechou o ano em magros 0,9%, uma das menores taxas entre os emergentes e mesmo entre os seus vizinhos da América Latina.

Mesmo com todos os esforços e incentivos governamentais, os agentes econômicos sentiram a redução da demanda externa, sofreram com a estiagem no sul-sudeste e se assustaram com a mão pesada do governo sobre os marcos regulatórios. Em suma, o nível de incerteza cresceu, a taxa de investimento privada esperada não aconteceu, o investimento público também não aconteceu, o PIB minguou e a inflação cresceu, com o IPCA encerrando o ano em 5,84%, em que pese o governo deferir grande parte de seu arsenal de medidas macro prudenciais de controle da inflação. Assim, o ano se encerrou com baixo crescimento e aceleração de inflação, demonstrando que as autoridades foram ineficazes para atingir suas metas.

O desempenho dos investimentos acabou por capturar e até, em alguns momentos, potencializar este cenário de incertezas, com os investidores em renda fixa assistindo ao afrouxamento da políti-

ca monetária que derrubou a taxa SELIC de 11% para 7,25% a.a. após sete sucessivos e agressivos cortes promovidos pelo Banco Central, com a taxa de inflação corrente acelerando-se e depreciando a taxa de juros reais para patamares recordes.

Já o Índice Bovespa, por sua vez, não conseguiu esboçar uma reação consistente capaz de reverter o quadro de estagnação vivido nos últimos anos, em virtude das incertezas em relação à política econômica e do alto grau de interferência governamental na economia, nas empresas estatais (leia-se Petrobrás) e nas concessionárias de serviço público, principalmente as do setor elétrico, afastando assim, os investidores dos pregões, principalmente os estrangeiros. Dentro desse quadro, o Ibovespa encerrou o ano com 60.952 pontos, com uma valorização de apenas 7,39% e muita volatilidade.

Diante desse quadro, restou para os investidores buscarem proteção nos títulos indexados à inflação, seja através de fundos de investimentos atrelados aos índices IMA-B, seja através da compra de títulos de crédito privado de empresas não financeiras (debêntures), que mesmo com a queda dos cupons tiveram um desempenho favorável com o IMA- B, fechando o ano com uma rentabilidade de 26,62%, ainda que com alguma volatilidade.

Para o ano de 2013, as expectativas sinalizam para um abrandamento dos níveis gerais de incertezas, com o aumento do nível de assertividade das autoridades em relação à política econômica brasileira.

3.1 A Área de Investimentos

A Área de Investimentos da Fapers é formada por dois empregados. Prestam consultoria para a área o consultor Marco Martins e a empresa PPS (Portfolio Performance). Você pode conhecer mais sobre essas consultorias acessando os *sites* http://jminvest.com/ e http://www.pps-net.com.br/.

3.2 Operacionalização dos investimentos: caminhada atual e futura

O ato de investir pode ser entendido como a ação de empregar algum recurso a um determinado fim. Quando se fala de investimentos no contexto da área financeira, entenda-se investimento como o "*emprego de capital com o propósito de aumento da riqueza do investidor e desenvolvimento do captador de recursos"*.

Historicamente a Fapers teve administração própria de sua carteira de investimentos, cabendo à Área de Investimentos a análise dos produtos passíveis de aplicação. Ocorre que, foi se o tempo em que se contratava um investimento e se tinha certeza do que aconteceria no longo prazo. A partir do segundo semestre do ano de 2011, o mercado passou a oferecer taxas de juros cada vez menores, dificultando o atingimento da meta atuarial dos Planos administrados pela Fundação. Neste sentido, fez-se necessário, um olhar mais crítico sobre a forma como vinham sendo geridas as aplicações financeiras já que as aplicações tradicionais não atendiam mais a demanda do passivo restando claro que novos riscos teriam que ser agregados à carteira. Um exemplo deste cenário é a Resolução 9, de 29 de novembro de 2012, que prevê a adequação da taxa real de juros admitida nas projeções atuariais dos Planos de benefícios.

Para fazer frente ao novo cenário econômico, no primeiro semestre de 2012, foi realizado um Estudo da Área de Investimentos da Fundação que teve por objetivo verificar se a estrutura operacional estava adequada ao cenário econômico atual, bem como a capacidade de cumprimento das exigências do seu passivo.

O estudo apresentou as modelagens mais utilizadas para gerir a carteira de investimentos de fundos de pensão, listando as principais características de cada uma das alternativas e uma estimativa

de custos para cada uma das modelagens. O trabalho foi estruturado em 10 seções assim divididas: 1) Introdução; 2) Principais modelos de gestão possíveis de serem adotados; 3) Metodologia de comparação; 4) Comparação da estrutura de custos atual da Área de Investimentos da Fapers com o modelo comparável e uma simulação da estrutura de custos com a montagem de um FIC - Fundo de Investimento de Cotas. 5) Comparativo da rentabilidade auferida pela Fapers nos últimos treze anos com o "caso estudado" e com o mínimo atuarial entre 1999 e abril de 2012; 6) Apresentação da rentabilidade de uma carteira simulada composta em IMA-B – Índice de Mercado da Andima, CDI – Certificado de Depósito Interbancário e IBrX - Índice Brasil; 7) Análise da viabilidade operacional das modelagens de análise de fundos em termos de custos e prazos de implementação; 8) Principais gestores atuantes no mercado; 9) Análise dos riscos inerentes aos modelos propostos; 10) Funcionamento da gestão unifundo; 11) Considerações finais.

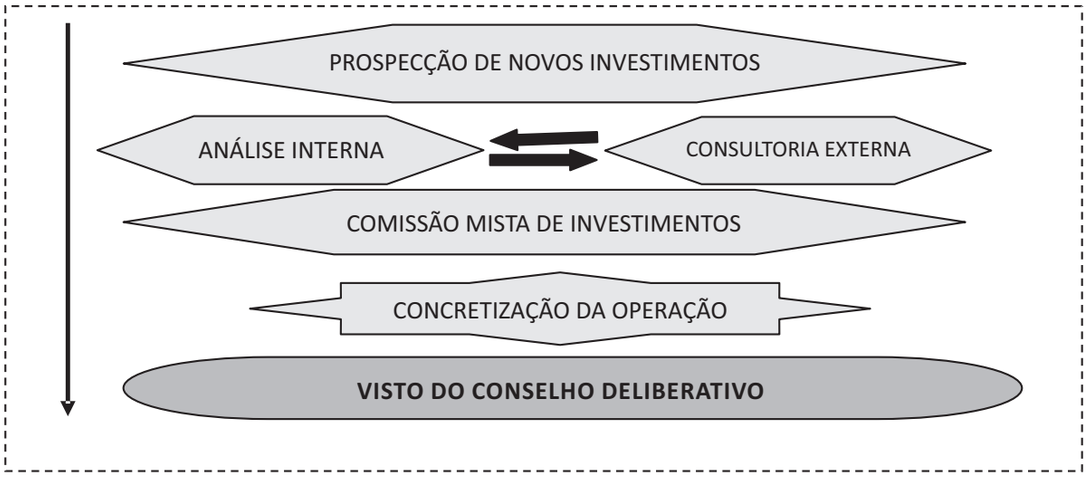
A partir deste estudo a Comissão Mista de Investimentos entendeu que o modelo atual da Fundação precisava ser aprimorado em termos de estrutura e controles internos e entendeu que o que mais se compatibilizava ao tamanho da Fundação era reformular a estrutura dos investimentos da Fundação, migrando gradativamente da Gestão Interna para a Gestão Terceirizada, buscando adequação a nova realidade do mercado, bem como uma maior agilidade e segurança nos investimentos.

Durante o ano de 2012, ainda foi utilizada a modelagem antiga. O resumo das aplicações pode ser vista no quadro abaixo:

	PBD-I		PM		PGS		PGA		Consolidado	
Aplicações	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Títulos Publicos	1.589.182,06	19,22	2.455.402,09	1,87	6.617.293,95	4,72	-	-	10.661.878,10	3,76
Créditos Privados e Depósitos	3.678.371,32	44,48	50.465.634,69	38,43	60.326.643,39	43,04	-	-	114.470.649,40	40,38
Ações	1.060.067,00	12,82	8.817.270,37	6,71	18.049.317,88	12,88	-	-	27.926.655,25	9,85
Fundos de Investimentos	1.730.079,95	20,92	65.055.929,16	49,54	50.166.086,63	35,79	3.702.746,39	100,00	120.654.842,13	42,56
Investimentos Imobiliários	168.821,66	2,04	1.812.024,13	1,38	3.735.535,05	2,67	-	-	5.716.380,84	2,02
Empréstimos	43.366,21	0,52	2.726.742,50	2,08	1.263.109,36	0,90	-	-	4.033.218,07	1,42
									-	
Total dos Investimentos	8.269.888,20	100,00	131.333.002,94	100,00	140.157.986,26	100,00	3.702.746,39	100,00	283.463.623,79	100,00

Fonte: Área de Investimentos

Para o ano de 2013, serão adotados os procedimentos construídos, durante o ano de 2012, e descritos no documento "Plano de Gestão dos Investimentos" que seguirá o fluxo abaixo apresentado:



Fonte: Área de Investimentos

Trocando em miúdos, como já vinha sendo feito, os investimentos realizados deverão obedecer às regras estabelecidas na Resolução BACEN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, editada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e respectivos normativos que tenham vindo a alterá-la posteriormente e a Política de Investimentos dos Planos de Benefícios.

A partir de 2013, as propostas de investimentos devem vir com parecer por escrito da Área de Investimentos para então serem analisadas e aprovadas pela Comissão Mista de Investimentos antes de serem implementadas. Em situações e casos excepcionais, a Diretoria Executiva poderá implementar tais propostas em regime de "*ad referendum*" da Comissão Mista de Investimentos.

As proposições de investimentos deverão ser encaminhadas à Comissão Mista de Investimentos com um formulário padrão denominado Análise de Proposta de Investimentos contendo, no mínimo, os seguintes aspectos:

a) Descrição detalhada do produto de investimentos;
b) Expectativa de rentabilidade;
c) Análise de riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e legal;
c) Análise do emissor, visando avaliar sua capacidade de pagamento, quando for o caso;
d) Análise qualitativa do gestor do fundo, quando for o caso;
e) Análise quantitativa do produto, com os principais indicadores índice Sharpe, índice Treynor, índice de Jensen, Tracking Error, etc., quando se tratar de fundos de investimentos;
f) Breve análise quantitativa da empresa, tais como Ebitda, nível de endividamento, geração de caixa, retorno do investimento, capacidade de pagamento, riscos operacionais, etc.
g) Notas de *Rating*;
h) Adequação e enquadramento do produto na legislação e na política de investimentos da Fapers;
i) Parecer da Área de Investimentos;
j) Parecer do Diretor Financeiro;
l) Aprovação da Comissão Mista de Investimentos.

Na análise dos investimentos, bem como, na seleção de gestores, serão envolvidas as Consultorias de Investimento contratadas para auxiliar no processo de análise. Desta forma, a área de investimentos em conjunto com as consultorias analisa os novos investimentos, preenche o formulário próprio para cada investimento, submete a Diretoria Financeira e encaminha para a Comissão Mista de Investimentos para aprovação. Uma vez aprovado, a área realiza o investimento até o limite aprovado. Os investimentos aprovados deverão ser levados ao conhecimento do Conselho Deliberativo que darão seu visto.

3.3 Investimentos por segmento

Atentando para a premissa de que não se deve colocar todos os ovos em uma mesma cesta, a Fundação diversifica sua carteira em variados segmentos. Optou-se, neste relatório, trazer um breve descritivo de cada investimento de modo que você participante não familiarizado com este tipo de linguagem, possa, ao apreciar as tabelas, ter um instrumento de consulta.

a) Investimentos em Renda Fixa

É todo o tipo de investimento que possui uma remuneração paga em intervalos e condições pré-definidas. Em outras palavras, a Fapers deposita dinheiro em um título, que lhe pagará juros sobre esse valor até a data acertada para o resgate do título, o vencimento. Investimentos em renda fixa disponíveis no mercado:

Fundos de Investimento de Renda Fixa – São fundos que buscam retorno financeiro (juros, correção monetária), através de investimento em títulos de renda fixa, chamado de aplicação financeira.
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - é um título de crédito emitido por bancos, que tem por objetivo captar recursos de investidores e depois repassá-los aos clientes em forma de emprés-

timo. Consistem em um depósito a prazo determinado com rentabilidade pactuada de acordo com o mercado.

CRI – (Certificado de Recebíveis Imobiliários), é um título de crédito, um documento que dá direito ao seu detentor de receber quantia em dinheiro em uma data determinada.

DPGE – (Depósito a Prazo com Garantia Especial), são títulos de renda fixa, representativos de depósitos a prazo, emitidos por instituições financeiras. Tem como principal característica a garantia do "Fundo Garantidor de Crédito" (FGC), no montante de até 20 milhões. Este investimento é destinado a pessoas físicas e jurídicas. O prazo é determinado na contratação do investimento.

DEBÊNTURE – É um título de crédito emitido por sociedades não financeiras, tendo por garantia o seu ativo (Balanço Patrimonial), que confere a capacidade que a empresa tem de liquidez, de honrar o pagamento do título em questão. Tem por finalidade obter recursos de médio e longo prazo. Uma debênture é como um empréstimo que o comprador do título faz a empresa emissora, que em troca, lhe garante taxas de juros fixa, ou variável, dependendo da negociação, sobre o valor emprestado.

Abaixo consta a listagem dos Investimentos da Fapers em Renda Fixa em 31/12/2012.

Investimentos de Renda Fixa

Investimentos	Valor (R$)	Gestor
a) Títulos Públicos de Responsabilidade do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTNB/NTNF	10.661.878,10	FAPERS
Total	**10.661.878,10**	
b) Aplicações em Instituições Financeiras		
b.1) Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Inv. em Direitos Creditórios)		
- BICBANCO FIDC	2.026.630,72	Banco Bic
- BNP PARIBAS INFLAÇÃO	20.572.944,79	Banco BNP PARIBAS
- BRADESCO IMA B	28.423.242,25	Banco BRADESCO
- BRADESCO IMA GERAL	24.646.522,43	Banco BRADESCO
- BRADESCO PLUS I	3.495.151,19	Banco BRADESCO
- CEEE IV-D FIDC	1.002.693,32	Banco PACTUAL
- ITAU SOBERANO	1.791.057,61	Banco ITAÚ
- VOTORANTIM IMA-B	20.056.201,87	Banco Votorantim
- VOTORANTIM INSTITUCIONAL RF	4.762.873,98	Banco Votorantim
Total	**106.777.318,16**	
b.2) CDB/Operações Compromissadas c/ Lastro em Debêntures/DPGE		
- BANIF	1.282.566,52	FAPERS
- BIC	3.960.565,89	FAPERS
- FIBRA	6.357.640,14	FAPERS
- INDUSVAL	2.550.954,44	FAPERS
- MERCANTIL DO BRASIL	8.650.469,58	FAPERS
- RURAL	8.106.114,30	FAPERS
- SAFRA	3.000.669,50	FAPERS
- SHAHIN	4.845.201,82	FAPERS
- SANTANDER	567.061,60	FAPERS
- ITAU-UNIBANCO	8.295.490,61	FAPERS
Total	**47.616.734,40**	
b.3) CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)		
- BRC (PETROBRÁS)	4.149.733,78	FAPERS
	4.149.733,78	
b.4) Debêntures		
- ALL	2.898.991,20	FAPERS
- ALGA	5.190.801,29	FAPERS
- ALUPAR	659.642,11	FAPERS
- ASPC	4.999.932,26	FAPERS
- BRASIL TELECOM	4.378.424,74	FAPERS
- CART	5.027.992,30	FAPERS
- CEMIG	4.509.825,78	FAPERS
- CBEE	6.625.190,59	FAPERS
- CPTE	12.985.533,34	FAPERS
- ENERGISA	4.228.853,03	FAPERS
- VALE	6.050.586,94	FAPERS
- TPI	5.148.407,64	FAPERS
Total	**62.704.181,22**	
Total dos Investimentos em Renda Fixa	**231.909.845,66**	

Fonte: Área de Investimentos

b) Investimentos em Renda Variável

É toda a renda cuja remuneração, ou retorno de capital, não poderá ser pactuado no momento da negociação, podendo variar positiva ou negativamente, de acordo com as expectativas do mercado.

Fundo de Renda Variável – como o nome já define, pode conter fundos de renda variável, tal como de ações, multimercados com vários ativos: moedas, ouro, etc. e contratos negociados nas bolsas de valores.

Ações – A grande maioria das operações no mercado acionário ocorre por intermédio das bolsas de valores. Para investir em ações é necessário que o investidor procure uma corretora, que mantem funcionários especializados em orientar a seleção dos papéis de acordo com os objetivos definidos pelo aplicador.

Abaixo consta a listagem dos Investimentos da Fapers em Renda Variável em 31/12/2012:

Investimentos de Renda Variável

Investimentos	Valor (R$)	Gestor
Cotas de FIA (Fundo de Ações)		
- BANCO NY MELLON	5.820.891,34	ITAÚ S/A
- ITAÚ INST. SEL. AÇÕES	643.410,23	ITAÚ S/A
- ITAU RPI AÇÕES IBOVESPA	7.413.222,40	ITAÚ S/A
Total FIA	**13.877.523,97**	
- CARTEIRA PRÓPRIA DE AÇÕES	27.332.333,13	FAPERS
- CARTEIRA PRÓPRIA DIVIDENDOS E JUROS A RECEBER	594.322,12	FAPERS
Total Carteira Própria	**27.926.655,25**	
Total dos Investimentos em Renda Variável	**41.804.179,22**	

Fonte: Área de Investimentos

c) Investimentos em Imóveis

O lucro com imóveis é o resultado positivo entre a diferença do valor Recebido e o Custo de Aquisição somado todas as despesas como as de manutenção, de Impostos, operacionais etc.

Quanto mais conhecemos as caraterísticas econômicas, fiscais e de mercado onde se insere um imóvel com o qual pretendemos obter lucro maior a chance de sucesso do investimento.

O quadro abaixo mostra os Investimentos da Fapers em Imóveis em 31/12/2012:

Investimentos Imobiliários:

Localização do Imóvel	Valor (R$)	Total (R$)
a) Saldanha Marinho 33, Porto Alegre:		
Imóveis Alienados - valores a receber	-	
Imóveis para uso próprio	136.539,43	**136.539,43**
b) Empreendimento St. Moritz, Gramado:		
Imóveis/Terrenos Alienados	309.687,57	
Terrenos para a venda	0,00	**309.687,57**
c) Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	895.484,33	
Valores a receber/pagar	1.400,00	**896.884,33**
d) Investimento em Shopping Center, Porto Alegre:		
Lindóia Shopping - 20%	5.325.669,79	
Provisão p/ oscilações no mercado imobiliário (*)	-1.000.000,00	
Valores a receber	47.599,72	
Total	4.373.269,51	**4.373.269,51**
Total dos Investimentos Imobiliários		**5.716.380,84**

Fonte: Área de Investimentos

(*) As oscilações nos preços dos imóveis são, quase sempre, imperceptíveis no curto prazo. Já, se comparados preços pela avaliação do mercado a cada três anos (obrigatório pela legislação), especialmente no caso de *shopping* center, pode haver sensíveis diferenças de valor, refletindo momentos otimistas ou recessivos do mercado. Neste contexto, por medida de cautela, provisionou-se o montante estimado como suficiente para absorver esta realidade.

c) Empréstimo pessoal

Muitos são os caminhos que encontramos durante nossa vida. Seja qual for o caminho que você escolher, em algum momento você pode necessitar de apoio. Seja, para suprir dificuldades, ou simplesmente para realizar um sonho. Para tal a Fapers disponibiliza a área de Empréstimo Pessoal a todos os participantes que tenham no mínimo 12 meses de vínculo empregatício com a Ascar ou com a Fapers (se empregados destas).

No quadro abaixo, a movimentação das concessões de empréstimos, de janeiro a outubro de 2012.

Mês	Nº	Valor	Média
Janeiro	44	381.947,75	8.680,63
Fevereiro	19	191.500,00	10.078,95
Março	47	349.100,00	7.427,66
Abril	36	313.500,00	8.708,33
Maio	39	331.209,99	8.492,56
Junho	38	318.537,70	8.382,57
Julho	23	171.450,00	7.454,35
Agosto	38	371.010,00	9.763,42
Setembro	21	248.200,00	11.819,05
Outubro	35	329.030,00	9.400,86
Novembro	-	-	-
Dezembro	-	-	-
Total	**340**	**3.005.485,44**	**8.839,66**

Fonte: Setor de Empréstimos

Em julho de 2012, a Diretoria da Fapers institui um grupo de trabalho, com o objetivo específico de analisar a movimentação da Carteira de Empréstimos e os documentos necessários para a requisição do mesmo. No processo de análise foram verificadas as seguintes situações:

1) Regulamento e modelo de contrato defasados.

2) Altos índices de inadimplência.

A partir de outubro de 2012, após o estudo da carteira de empréstimos, iniciou-se um processo de substituição do sistema de concessão, alteração do Regulamento e do Contrato de Empréstimo Pessoal. Para tais modificações foi necessário fechar a carteira para novas concessões para que os Contratos com inadimplência fossem separados para uma renegociação em 2013. Também, com a troca e integração do sistema de informática com a área de seguridade todos os dados tiveram que ser parametrizados de modo que as futuras concessões ficassem atreladas à arrecadação dando mais segurança.

Dado aos novos cenários de mercado também serão realizadas modificações nas taxas praticadas e na forma de pagamento dos empréstimos que passam, a partir de 2013, a serem descontadas diretamente da Folha de Pagamento/Benefícios, com margem consignável de 25% do salário líquido.

As demais modificações foram:
a) Taxa de 1,30% + INPC para 1,25% + INPC;
b) Prazo de 50 meses para 36 meses;
c) Modalidade pós-fixada;
d) Apenas um empréstimo ativo por participante;
e) Taxa de administração de 1,00% na concessão;

f) Fundo garantidor do empréstimo 0,25% a.a.;
g) Fundo de cobertura por morte/Invalidez de acordo com Tabela Atuarial;
h) Inscrição do inadimplente no SERASA – Centralizadora dos Serviços dos Bancos S.A.

Acredita-se que com a implantação no novo Regulamento de Empréstimo Pessoal encontraremos o caminho mais seguro para garantir ao associado a melhor rentabilidade no seu Plano de Benefício.

Outra medida importante a ser tomada, em 2013, será a reconfiguração do *site* onde o participante encontrará além da documentação necessária para a solicitação do empréstimo, um comparativo entre as taxas praticadas pelo mercado e as taxas praticadas pela Fapers.

3.4 Estrutura de gastos para a Área de Investimentos no ano

A estrutura geral de gastos da fundação é dividida entre a Gestão Previdencial e a Gestão de Investimentos. Quem define esta divisão é a norma contábil, Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

A previsão de gastos é apresentada anualmente ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva por meio do documento chamado Orçamento. O orçamento é uma expectativa de gastos baseada no ano anterior para o próximo exercício. Após aprovado, este orçamento é colocado em prática. Situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho.

O quadro abaixo demonstra a estrutura geral de gastos no ano de 2012.

Estrutura Geral de Gastos em 2012 (R$)			
DESCRIÇÃO	**GESTÃO PREVIDENCIAL**	**INVESTIMENTOS**	**TOTAL**
Pessoal e Encargos	613.516,64	593.480,53	1.206.997,17
Treinamentos/Congressos e seminários	17.378,02	16.810,49	34.188,51
Viagens e Estadias	39.901,79	38.598,69	78.500,48
Serviços de Terceiros	392.917,65	320.916,69	713.834,34
Despesas Gerais	87.898,26	85.027,68	172.925,94
Depreciações e Amortizações	9.351,47	9.046,08	18.397,55
TOTAL	1.160.963,83	1.063.880,16	2.224.843,99
Serviços de Custódia			159.841,07

Fonte: Área de Investimentos

Outras informações podem ser consultadas no item na nota explicativa das Demonstrações Contábeis “NOTA 14 – LIMITES DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA RATEIO DAS DESPESAS ADMINITRATIVAS POR GESTÃO E PLANOS DE BENEFÍCIOS”.

3.5 Rentabilidade

O resultado do ativo da Fapers, em 2012, foi superior à meta atuarial em quase todos os segmentos. A rentabilidade bruta da Fundação é utilizada para medir o desempenho dos investimentos frente ao mercado financeiro. Na tabela abaixo, você pode conferir a rentabilidade bruta por segmento.

Rentabilidade por Segmento	Meta Atuarial (INPC + 6%)	Acumulado no ano	Resultado
Global Bruta	12,58%	13,89%	1,16%
Bruta da renda fixa		13,87%	1,10%
Bruta da renda variável		12,81%	0,20%
Bruta dos imóveis		9,00%	(3,18)%
Bruta dos empréstimos		25,59%	11,56%

Fonte: Área de Investimentos

Cumpre esclarecer, que esta rentabilidade (rentabilidade bruta), não é diretamente repassada aos planos. O valor repassado aos planos, conforme o regulamento, baseia-se na **rentabilidade líquida**, que, na sua apuração, desconta os custos operacionais e de reservas e provisões da Fundação.

3.6 Análise do exercício pela Área de Investimentos

Quanto à qualidade da carteira investimentos:

1) Comparar o desempenho da **Meta Atuarial** a ser atingida, com aquela efetivamente alcançada pela Fundação.

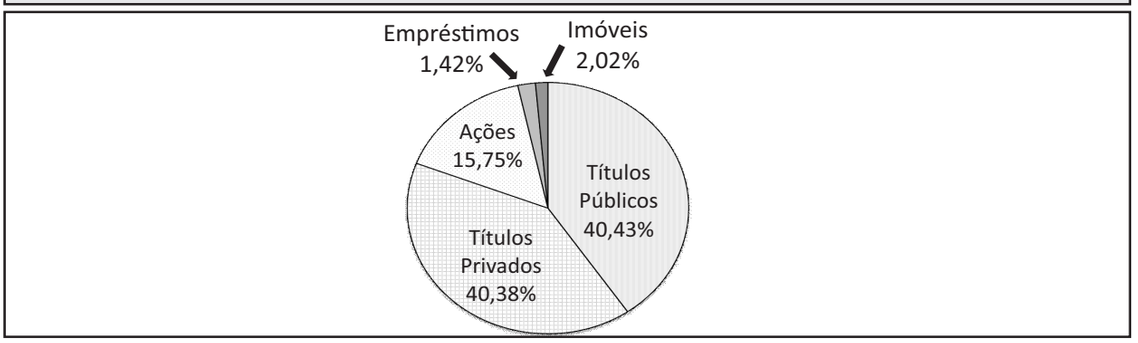
Para efeitos de entendimento, a Meta Atuarial é a acumulação do INPC/IBGE, que foi de 6,20%, mais o juro de 6%, estabelecido como premissa no Regulamento do Plano de Benefícios Estes valores, no ano de 2012 convergiram à meta de 12,58%. Uma vez que as aplicações da fundação atingiram uma rentabilidade de 13,89%, o superávit alcançado foi de 1,16.

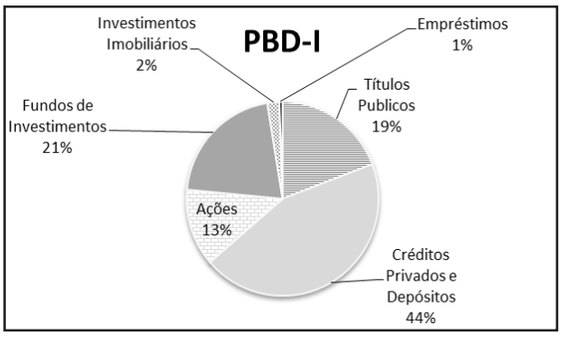
Meta Atuarial a ser alcançada em 2012	**12,58 %**
Meta Atuarial alcançada em 2012	**13,89 %**
Resultado	***Superávit* de 1,16 %**

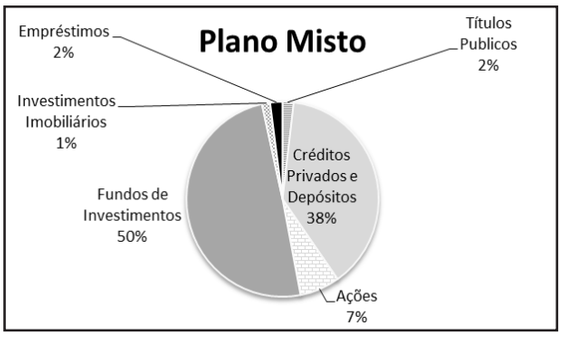
2) O segundo aspecto a ser levado em conta quanto a qualidade da carteira é a **diversificação e o equilíbrio.**

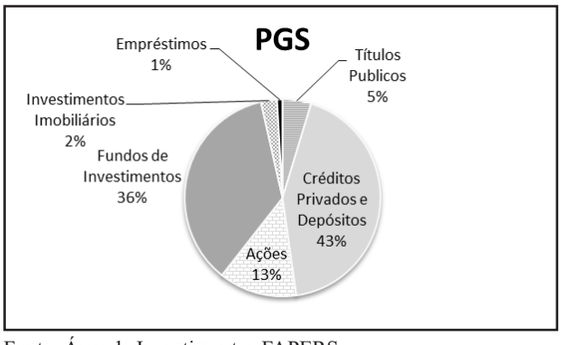
Os gráficos abaixo apresentam a distribuição dos ativos da Carteira de Investimentos da Fapers, de forma consolidada e por plano de benefícios:

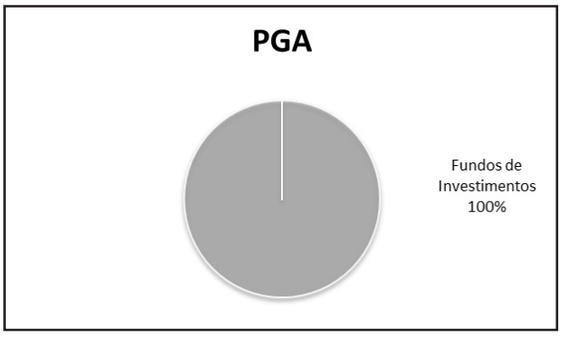
. Diversificação dos Ativos da Carteira de Investimentos Fapers 2012











Fonte: Área de Investimentos FAPERS

Dos gráficos acima, cabem os seguintes comentários, de acordo com cenário econômico atual:

Os Títulos Públicos são uma unanimidade quanto à segurança. Basicamente a Fundação tem estes títulos por meio de fundos abertos.

Os Títulos Privados, apesar de representarem 40,38% da carteira consolidada, são formados por 22 empresas diferentes, selecionados pela Área de Investimentos com assessoria contratada e aprovados pela Comissão Mista de Investimentos.

A Renda Variável é distribuída em 3 fundos abertos e carteira própria. Devido necessidade cada vez maior de especialização com agilidade tática, a Fapers, a partir de 2013, adotou a estratégia de migrar para Fundos de Renda Variável.

No setor imobiliário a Fundação apresenta pouca participação em função dos riscos peculiares e de difícil identificação. Está sendo estudada pela área a participação em Fundos imobiliários.

Os empréstimos continuam sendo uma excelente fonte de rentabilidade que tende a ser mais expressiva a partir do controle da inadimplência.

*IMPORTANTE: A inadimplência dos empréstimos afeta a cota. Então, ficar inadimplente significa menor rentabilização das cotas de todos os participantes do Plano.

Quanto à gestão patrimonial

1) Custódia dos ativos: O banco Bradesco é o responsável pela custódia dos ativos (investimentos) da Fundação. É ele que acompanha a liquidação da compra e da venda de cada investimento; os fluxos financeiros como recebimento de amortizações, dividendos e juros, fiscalização do alinhamento das operações de acordo com as normas da PREVIC, da Lei nº 3.792 e da Política de Investimentos da Fundação. Também é ele que disponibiliza parte dos relatórios que são à base da contabilização das operações da Fapers. A participação do Bradesco se dá sobre as operações, antes mesmo da sua concretização, e depois da operação já concretizada, pela liquidação no momento da compra, conferindo rendimentos e garantias, até o vencimento de cada operação.

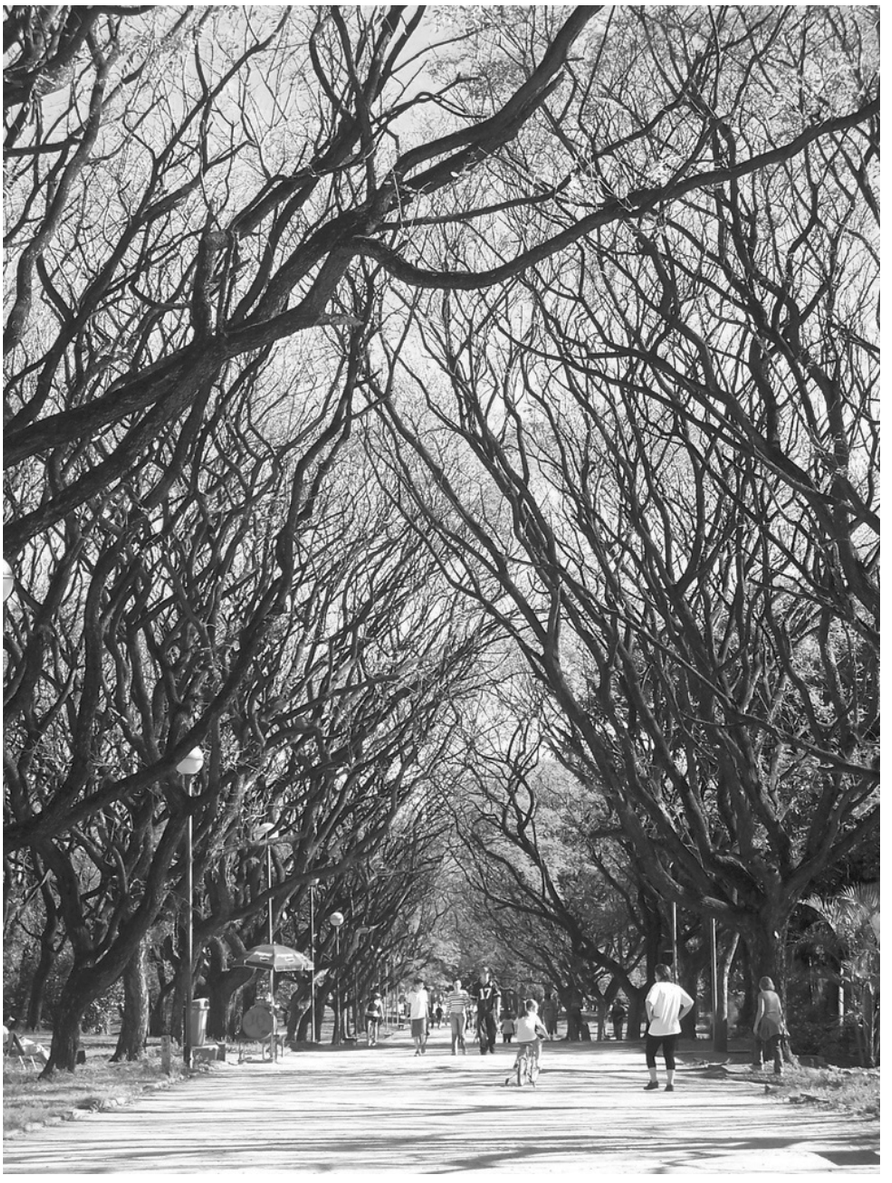
Para 2013, estão sendo criados novos relatórios de controle e acompanhamento do patrimônio por meio do novo sistema de informática, em fase de implantação, na Área de Investimentos.

2) Atuação do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa: Para o exame sistemático das atividades desenvolvidas a Fapers conta com uma assessoria externa contratada para verificar se os investimentos da Fundação seguem os preceitos da legislação, bem como se seguem a Política interna de Investimentos. Também, trimestralmente o Conselho Fiscal elabora o documento "Relatório de Controles Internos", onde são examinados os documentos da auditoria e realizadas novas averiguações.

Atualmente, a auditoria externa contratada pela Fundação é a Exacto. Você pode conhecer mais da auditoria acessando o *site* http://www.exacto.com.br/.

3.7 Desenquadramentos e inobservâncias à lei

Não há, atualmente, registro de desenquadramento à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN 24 de setembro de 2009, nos investimentos da Fapers.



GESTÃO CONTÁBIL

4. Gestão Contábil

"Se quiser desfrutar de um caminho seguro, primeiro senta e calcula quanto vai custar. Se não fizer isso, você viverá sua trajetória, mas poderá não atingir o destino almejado. As pessoas poderão dizer: este homem começou uma caminhada, mas não pôde terminá-la!"
(Adaptado pela área Contábil da Bíblia Sagrada, Lucas, 14:28-31)

A responsável pela Gestão Contábil é a Área de Contabilidade. É ela a responsável pelo estudo, registro e controle do patrimônio da Fundação que não é nada menos do que o conjunto de bens, direitos e obrigações que a entidade possui.

Por isso a importância de um constante acompanhamento da Gestão Contábil, pois é dela o dever de examina, fiscalizar e controlar o patrimônio, mediante o registro dos fatos ocorridos e a apuração de resultados.

O desenho abaixo demonstra como é formada a contabilidade da Fundação:

Os usuários diretos das informações contábeis são os diretores, conselheiros, órgão fiscais e patrocinadores, mas, é de suma importância que o participante acompanhe esta gestão avaliando os resultados alcançados uma vez que é deste o objetivo de recebimento do benefício contratado.

Então, para você que não é familiarizado com esta área, tentamos, neste relatório apresentar de forma mais didática a Gestão Contábil da Fundação. Em caso de persistirem dúvidas, não se acanhe em ligar e conversar com a contadora da Fundação.

Bem, antes de apresentarmos as Demonstrações Contábeis, é importante destacar que esta a Gestão Contábil dos Planos administrados pela Fapers é realizada por meio do Plano de Gestão Administrativa que é o primeiro assunto que abordaremos. Acompanhe, é importante!

4.1 O Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Até a Lei Complementar nº 109, não havia distinção entre a entidade (Fundação) e o Plano de Benefícios. Na realidade, conceito de plano de benefícios não existia e, não raras vezes, as disposições estatutárias estavam misturadas às dos regulamentos dos benefícios. A Lei Complementar nº 109, de 19 de maio de 2001, alterou radicalmente essa situação quando cada plano de benefícios passou a ter um nome e um número no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) e ao torná-lo distinto da entidade. A partir desta mudança não é mais a entidade a titular material das obrigações do plano de benefícios e sim, próprio plano. A entidade a partir destas modificações

passa a ser a administradora dessa obrigação. Em resumo, pode-se dizer que o dinheiro da Fapers é dos Planos, e não da Fundação. A Fundação apenas administra os recursos dos Planos.

A Resolução CGPC nº 29 criou o PGA, com independência patrimonial dos planos de benefícios, com o papel de expressar contabilmente as operações inerentes à função conferida pela Lei Complementar à entidade, ou seja, administrar as obrigações dos planos de benefícios. O PGA é um só para todos os planos da entidade.

Funciona da seguinte forma: o PGA recebe de cada plano de benefícios a receita administrativa que é utilizada na cobertura das respectivas despesas administrativas. Se houver sobras esta deve ser devolvida ao plano, mediante o crédito do seu valor no respectivo fundo administrativo. Portanto, não há apropriação de capital no PGA, o que vem ao encontro da ausência de finalidade lucrativa da Entidade.

4.2 Demonstrações Contábeis

Para fins de entendimento do participante, as Demonstrações Contábeis são relatórios que englobam informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas pelas fundações, de acordo com as exigências da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo destas demonstrações é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, além de mostrarem os resultados do gerenciamento, pela administração, dos recursos que lhe são confiados. Estas informações, em conjunto com as constantes nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis, auxiliam os participantes a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da entidade.

Para uma melhor percepção das tabelas demonstradas neste Relatório é importante considerar que o Ativo corresponde aos bens e direitos da Fundação, ou seja, a aplicação dos recursos. O Passivo corresponde às obrigações da Fundação, sendo ao mesmo tempo onde se originam os recursos, mas também os compromissos a serem pagos. Já o Patrimônio Social é a soma dos bens, direitos e obrigações da Fundação. Desta forma, o equilíbrio entre o ativo e passivo é fundamental para a saúde financeira da Fundação.

Então, o desequilíbrio entre o ativo e o passivo podem gerar situações de *déficit* ou de *superávit*. Entende-se por *déficit* quando não há recursos suficientes para cumprir com os compromissos dos Planos. *Superávit* quando os recursos superam os compromissos dos Planos.

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste documento seguirão a seguinte ordem: 1) Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012; 2) Demonstração Patrimonial e de resultados dos Planos que integra: a) Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado; b) Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios; 3) Comparativo entre a Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado e da Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios; 4) Demonstrativo do ativo líquido por plano de benefícios; 5) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa; 6) Demonstrações das obrigações atuariais dos planos de benefícios.

Neste relatório as Demonstrações Contábeis serão apresentadas de forma individual, isto é, por plano (PBD I, Plano Misto, PGS e PGA) e consolidadas, que é a soma de todos os planos. Os valores são expressos em milhares de reais (R$ mil), por exemplo, 500 leia-se R$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

Os demonstrativos sempre comparam exercício atual com exercicio anterior e levam em consideração os registros dos exercícios financeiros (neste relatório o exercício atual refere-se a 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012).

A coluna "Variação %", dos demonstrativos, que representa o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior.

Você pode acompanhar as Demonstrações Contábeis anuais e os balancetes mensais pelo *site* da Fundação, www.fapers.org.br, no acesso restrito.

4.3 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012

O balanço patrimonial atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade (ativo/passivo) por ocasião do encerramento do exercício como demonstra a tabela abaixo:

DESCRIÇÃO ATIVO	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Descrição PASSIVO	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
Disponível	167	600	Exigível Operacional	827	2.902
Realizável	285.426	256.187	Gestão Previdencial	420	1.083
Gestão Previdencial	1.507	2.062	Gestão Administrativa	180	191
Gestão Administrativa	455	703	Investimentos	227	1.628
Investimentos	283.464	253.422	**Patrimônio Social**	284.815	253.952
Títulos Públicos	10.662	8.394	**Patrimônio de cobertura do Plano**	280.099	248.681
Créditos Privados e Depósitos	114.471	138.117	**Provisões Matemáticas**	373.047	332.809
Ações	27.927	26.214	Benefícios concedidos	187.551	170.070
Fundos de Investimentos	120.655	69.941	Benefícios a conceder	185.496	162.739
Investimentos Imobiliários	5.716	5.864	**Equilíbrio Técnico**	92.948	83.128
Empréstimos	4.033	4.892	Resultados realizados	92.948	83.128
Permanente	49	67	(-) Déficit técnico acumulado	92.948	83.128
Imobilizado	44	57	Fundos	4.716	4.271
Intangível	3	4	Fundos Previdenciais	524	426
Diferido	2	6	Fundos administrativos	3.916	3.297
			Fundos dos Investimentos	276	548
Total do Ativo	**285.642**	**256.854**	**Total do Passivo**	**285.642**	**256.854**

Analisando o Balanço Patrimonial pode-se observar que houve um acréscimo de 11,20% no total do ativo de 2012 em relação a 2011. Este acréscimo se deve, principalmente, ao incremento de novos recursos investidos (contribuições de Participantes e Patrocinadores).

Com relação ao passivo houve um acréscimo de 12,15% no Patrimônio Social, em 2012, em relação a 2011, com destaque nas Provisões Matemáticas, que demonstram o montante necessário para Fundação cumprir com as obrigações dos planos de benefícios.

Nos Investimentos, a mudança mais significativa foi o aumento do montante aplicado em Fundos de Investimentos, por apresentarem rendimentos mais próximos à meta atuarial.

O aumento do *Déficit* Acumulado se deve, principalmente, em decorrência da dívida da Ascar junto a Fapers (vide Nota Explicativa nº 17.1).

4.4 Demonstração Patrimonial e de Resultado dos Planos

A Demonstração Patrimonial e de resultados visa apresentar as mutações do patrimônio social e do ativo líquido da Fundação.

4.4.1 Demonstração da mutação do patrimônio social (DMPS)

As demonstrações da mutação do patrimônio social de forma consolidada, atestam as modificações do patrimônio social dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício, confrontando o patrimônio social atual com o anterior.

No demonstrativo abaixo pode-se analisar as adições (item 1), deduções (item 2) e acréscimos e decréscimos (item 3) ocorridos no patrimônio durante o ano.

	Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
	A) Patrimônio Social – início do exercício	**253.952**	**240.629**	**5,53**
	1. Adições	**60.763**	**116.667**	**- 48,36**
(+)	Contribuições Previdenciais	22.850	93.243	- 75,49
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	35.069	21.025	66,80
(+)	Receitas Administrativas	2.480	3.199	- 22,48
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	364	176	106,82
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	0	24	0
	2. Destinações	**- 29.900**	**- 104.344**	**- 71,34**
(-)	Benefícios	- 27.404	- 101.287	- 72,94
(-)	Despesas Administrativas	-2.225	- 3.044	- 73,09
(-)	Constituição de Contingência – Gestão Administrativa	0	- 13	0
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	- 271	0	0
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**30.863**	**13.323**	**131,65**
(+/-)	Provisões Matemáticas	40.237	105.960	- 62,03
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	- 9.819	- 93.160	- 89,46
(+/-)	Fundos Previdenciais	97	181	- 46,41
(+/-)	Fundos Administrativos	619	318	- 94,65
(+/-)	Fundos dos Investimentos	- 271	24	- 1.229,17
	B) Patrimônio Social – final do exercício (A+3)	**284.815**	**253.952**	**12,15**

Destaca-se no demonstrativo o incremento do Patrimônio Social de 12,15%, influenciado principalmente pelo resultado positivo dos investimentos.

4.4.2 Demonstração da mutação do ativo líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

Este demonstrativo tem por finalidade evidenciar, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio Social) dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Na leitura do DMAL encontramos o Patrimônio Social somando o Ativo Líquido (B) com os Fundos não Previdenciais (C).

Plano de Benefício Definido I/CNPB: 19810000747 – Valores em R$ mil

	Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
	A) Ativo Líquido – Início do Exercício	**7.650**	**6.961**	**9,20**
	1. Adições	**1.792**	**5.644**	**- 68,25**
(+)	Contribuições Previdenciais	685	4.910	- 86,05
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	1.107	734	50,81
	2. Destinações	**- 1.162**	**- 4.955**	**- 76,55**
(-)	Benefícios	- 1.151	- 4.944	- 76,72
(-)	Custeio Administrativo	- 11	- 11	0
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**630**	**689**	**- 8,56**
(+/-)	Provisões Matemáticas	601	4.274	- 85,94
(+/-)	Superávit(Déficit) Técnico do Exercício	29	- 3.585	- 100,81
	B) Ativo Líquido – Final de Exercício (A+3)	**8.280**	**7.650**	**8,24**
	C) Fundos não Previdenciais	**568**	**555**	**2,34**
(+/-)	Fundos Administrativos	567	507	11,83
(+/-)	Fundos Investimentos	1	48	- 97,90

No demonstrativo do Plano de Benefícios I, podemos verificar um aumento no Ativo Líquido de 8,24%.

Plano Misto - Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038 – Valores em R$ mil

	Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
	A) Ativo Líquido – Início do Exercício	**108.396**	**87.548**	**23,81**
	1. Adições	**30.355**	**28.100**	**8,02**
(+)	Contribuições Previdenciais	13.528	20.076	- 32,62
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	16.827	8.024	109,71
	2. Destinações	- 6.428	- 7.252	- 11,36
(-)	Benefícios	- 5.493	- 7.069	- 22,29
(-)	Custeio Administrativo	- 935	- 183	410,93
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**23.927**	**20.848**	**14,77**
(+/-)	Provisões Matemáticas	26.039	22.208	17,25
(+/-)	Fundos Previdenciais	98	181	- 47,86
(+/-)	Superávit(Déficit) Técnico do Exercício	- 2.210	- 1.541	43,41
	B) Ativo Líquido – Final de Exercício (A+3)	132.323	108.396	22,07
	C) Fundos não Previdenciais	**2.842**	**2.682**	**6,19**
(+/-)	Fundos Administrativos	2.585	2.187	18,20
(+/-)	Fundos Investimentos	263	495	- 46,87

No Plano Misto no demonstrativo acima visualizamos um aumento no Ativo Líquido de 22,07%.

Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783 – Valores em R$ mil

	Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
	A) Ativo Líquido – Início do Exercício	**134,063**	**142.620**	**- 6**
	1. Adições	**27.185**	**81,067**	**- 66,47**
(+)	Contribuições Previdenciais	10.050	68.800	- 85,39
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	17.135	12.267	39,68
	2. Destinações	- 21.227	- 89.624	- 76,32
(-)	Benefícios	- 20.760	- 89.275	- 76,75
(-)	Custeio Administrativo	- 467	- 349	33,81
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**5.958**	**- 8.557**	**- 1.693**
(+/-)	Provisões Matemáticas	13.596	79.645	- 82.93
(+/-)	Superávit(Déficit) Técnico do Exercício	- 7.638	- 88.202	- 91,34
	B) Ativo Líquido – Final de Exercício (A+3)	**140.021**	**134.063**	**4,44**
	C) Fundos não Previdenciais	**775**	**608**	**27,47**
(+/-)	Fundos Administrativos	763	603	26,53
(+/-)	Fundos Investimentos	12	5	140,00

No PGS o demonstrativo DMAL apresenta um aumento no Ativo Líquido de 4,44%.

4.4.3 Comparativo entre a Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado (DMPS) e da Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios (DMAL)

O Patrimônio Social Consolidado apresentado no DMPS é a soma do Ativo Líquido com os Fundos não Previdenciais de cada plano, conforme o quadro abaixo:

DMPS X DMAL	PBD I	P. MISTO	PGS	CONSOLIDADO
Ativo Líquido	8.280	132.323	140.020	280.623
Fundos não Previdenciais	568	2.848	776	4.192
Patrimônio Social	8.848	135.171	140.796	284.815

4.5 Demonstração do ativo líquido por plano de benefício (DAL)

A demonstração do ativo líquido por plano de benefício equivale ao Balanço Patrimonial, só que por plano. O objetivo deste é evidenciar, de forma individual, a situação do ativo líquido (Patrimônio Social) de cada plano de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Plano de Benefício Definido I/CNPB: 1981000747 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
1. Ativos	**8.855**	**8.320**	**6,43**
Disponível	11	5	120
Recebível	575	514	11,67
Investimento	8.269	7.801	6,00
Títulos Públicos	1.589	1.274	24,73
Créditos Privados e Depósitos	3.678	2.368	55,32
Ações	1.060	1.028	3,11
Fundos de Investimento	1.730	2.887	- 40,08
Investimentos Imobiliários	169	173	- 2,31
Empréstimos	43	71	- 39,44
2. Obrigações	**7**	**117**	**- 94,02**
Operacional	7	117	- 94,02
3. Fundos não Previdenciais	**568**	**555**	**2,34**
Fundos Administrativos	567	507	11,83
Fundos dos Investimentos	1	48	- 97,92
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**8.280**	**7.650**	**8,24**
Provisões Matemáticas	7.306	6.707	8,96
Superávit/Déficit Técnico	974	943	3,18

No demonstrativo acima, pode-se observar um aumento de 6,43% nos Ativos do PBD I e uma diminuição de 94,02% nas Obrigações, que fazem parte do Passivo do plano. Também é possível notar um acréscimo de 2,34% nos Fundos não previdenciais, de 8,96% nas Provisões matemáticas e de 3,18% no *Superávit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 8,24% no Ativo líquido, conforme já visto no DMAL.

Plano Misto- Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
1. Ativos	**135.487**	**112.744**	**20,17**
Disponível	**142**	**512**	**- 72,27**
Recebível	**4.012**	**3.448**	**16,36**
Investimento	**131.333**	**108.784**	**20,73**
Títulos Públicos	2.455	1.585	54,89
Créditos Privados e Depósitos	50.466	65.513	- 22,97
Ações	8.817	7.994	10,30
Fundos de Investimento	65.056	28.142	131,17
Investimentos Imobiliários	1.812	1.859	- 2,53
Empréstimos	2.727	3.691	- 26,12
2. Obrigações	**316**	**1.668**	**- 81,06**
Operacional	316	1.668	- 81,06
3. Fundos não Previdenciais	**2.848**	**2.682**	**6,19**
Fundos Administrativos	2.585	2.187	18,20
Fundos dos Investimentos	263	495	- 46,87
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**132.323**	**108.396**	**22,07**
Provisões Matemáticas	137.593	111.552	23,34
Superávit/Déficit Técnico	- 5.794	- 3.582	61,66
Fundos Previdenciais	524	426	23,00

No DAL do Plano Misto visualiza-se um aumento de 20,17% nos Ativos e uma diminuição de 81,06% nas Obrigações. Também um acréscimo de 6,19% nos Fundos não previdenciais, de 23,34% nas Provisões matemáticas e de 61,66% no Déficit Técnico do plano, ocasionando o aumento de 20,17% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do Plano de Benefício II.

Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
1. Ativos	**141.001**	**135.082**	**4,38**
Disponível	**6**	**71**	**- 91,55**
Recebível	**837**	**1.397**	**- 40,09**
Investimento	**140.158**	**133.614**	**4,90**
Títulos Públicos	6.617	5.535	19,55
Créditos Privados e Depósitos	60.327	70.236	- 14,11
Ações	18.049	17.191	4,99
Fundos de Investimento	50.166	35.690	40,56
Investimentos Imobiliários	3.736	3.832	- 2,51
Empréstimos	1.263	1.130	11,77
2. Obrigações	**205**	**410**	**- 50,24**
Operacional	205	410	- 50,24
3. Fundos não Previdenciais	**775**	**608**	**27,47**
Fundos Administrativos	763	604	26,53
Fundos dos Investimentos	12	4	200,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**140.021**	**134.063**	**4,44**
Provisões Matemáticas	228.148	214.553	6,34
Superávit/Déficit Técnico	- 88.127	- 80.489	9,49

No demonstrativo do PGS, visualizamos um aumento de 4,38% nos Ativos e uma diminuição de 50,24% nas Obrigações. Também um acréscimo de 27,47% nos Fundos não previdenciais, de 6,34% nas Provisões matemáticas e de 9,49% no *Déficit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 4,44% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do PGS.

4.6 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Consolidado - Valores em R$ mil

A tabela abaixo demonstra o resultado da gestão administrativa da Fundação na administração dos planos de benefício, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada.

Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**3.297**	**2.978**	**10,71**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**2.844**	**3.376**	**- 15,76**
1.1 Receitas	**2.844**	**3.376**	**- 15,76**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.414	1.411	0,21
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.064	1.422	- 25,18
Resultado Positivo dos Investimentos	364	176	106,86
Outras Receitas	2	367	- 99,46
2. Despesas Administrativas	- 225	- 3.057	- 27,22
2.1 Administração Previdencial	- 1.161	- 876	32,53
Pessoal e encargos	- 614	- 353	73,94
Treinamentos/congressos e seminários	- 17	- 3	466,67
Viagens e estadias	- 40	- 28	42,86
Serviços de terceiros	- 381	- 392	- 2,81
Despesas gerais	- 100	- 87	14,94
Depreciação e amortizações	- 9	-8	12,50
Contingências	0	-5	0,00
2.2 Administração dos investimentos	**- 1.064**	**- 1.326**	**- 19,76**
Pessoal e encargos	- 593	- 635	- 6,61
Treinamentos/congressos e seminários	-17	-6	183,33
Viagens e estadias	- 39	- 55	- 29,09
Serviços de terceiros	- 309	- 436	- 29,13
Despesas gerais	- 97	- 170	- 42,94
Depreciação e amortizações	- 9	- 16	- 43,75
Contingências	0	-8	0,00
2.4 Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	**0**	**- 855**	**0,00**
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	**619**	**319**	**94,04**
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	**619**	**319**	**94,04**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	**3.916**	**3.297**	**18,77**

Neste demonstrativo, verificamos um significativo aumento de 106,82% no resultado dos investimentos e um decréscimo nas despesas administrativas de 27,22%, resultando em uma sobra de R$ 619 mil para compor o Fundo Administrativo, que poderá ser utilizado como fonte de custeio administrativo (receita) de acordo com a Resolução CGPC nº 29/2009.

4.7 Demonstração das obrigações atuariais dos planos de benefícios (DOAP)

As demonstrações das obrigações atuariais dos planos de benefício (DOAP) evidenciam, de forma individual, o patrimônio de cobertura de cada plano de benefícios administrado pela EFPC, por ocasião do encerramento do exercício financeiro.

O patrimônio de cobertura do plano corresponde ao somatório das Provisões Matemáticas e do Equilíbrio Técnico, que adicionados aos Fundos correspondem ao Patrimônio Social da entidade.

Também visualizamos estas rubricas de forma individual no DAL (item 5 - Ativo Líquido) e no DMAL (ITEM B - Ativo liquido) de cada plano, e de forma consolidada no Balanço Patrimonial da fundação.

Plano de Benefício Definido I/CNPJ: 19810000747 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	**8.280**	**7. 650**	**8,24**
1. Provisões Matemáticas	**7.306**	**6.707**	**8,96**
1.1 Benefícios Concedidos	**6.457**	**5.958**	**8,38**
Benefício Definido	6.457	5.958	8,38
1.2 Benefício a Conceder	**849**	**749**	**13,81**
Benefício Definido	849	749	13,81
2. Equilíbrio Técnico	**974**	**943**	**3,18**
2.1 Resultados Realizados	974	943	3,18
Superávit técnico acumulado	974	943	3,18
Reserva de Contingência	**974**	**943**	**3,18**

No PBD, houve aumento de 8,96% nas Provisões matemáticas e aumento de 3,18% nos Resultados realizados, ocasionando um acréscimo de 8,24% no Patrimônio de Cobertura do Plano.

Plano Misto- Plano de Benefício II/CNPJ: 2000008038 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	**131.799**	**107.970**	**22,07**
1. Provisões Matemáticas	**137.593**	**111.552**	**23,34**
1.1 Benefícios Concedidos	**40.194**	**29.865**	**34,59**
Contribuição Definida	654	1.133	- 42,28
Benefício Definido	39.540	28.732	37,62
1.2 Benefício a Conceder	**97.399**	**81.687**	**19,23**
Contribuição Definida	97.399	81.687	19,23
Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/instituidor	31.878	27.561	15,66
Saldo de contas – parcela participantes	65.521	54.126	21,05
2. Equilíbrio Técnico	**- 5.794**	**- 3.582**	**61,66**
2.1 Resultados Realizados	**- 5.794**	**- 3.582**	**61,66**
(-) Déficit técnico acumulado	- 5.794	- 3.582	61,66

No Demonstrativo do Plano Misto verificamos um aumento de 23,34% nas Provisões matemáticas e um aumento de 61,66% no Déficit Técnico do plano, ocasionando um acréscimo de 22,07% no Patrimônio de Cobertura do Plano.

Plano Geral Saldado/CNPJ: 2008004783 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2012	Exercício Anterior 31/12/2011	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	**140.021**	**134.063**	**4,44**
1. Provisões Matemáticas	**228.148**	**214.553**	**6,34**
1.1 Benefícios Concedidos	**140.900**	**134.247**	**4,96**
Benefício Definido	140.900	134.247	4,96
1.2 Benefício a Conceder	**87.248**	**80.306**	**8,64**
Benefício Definido	87.248	80.306	8,64
2. Equilíbrio Técnico	- 88.127	- 80.489	9,49
2.1 Resultados realizados	- 88.127	- 80.489	9,49
(-) Déficit técnico acumulado	- 88.127	- 80.489	9,49

No PGS, houve aumento de 6,34% nas Provisões matemáticas e aumento de 9,49% no *Déficit* Técnico do plano, ocasionando um acréscimo de 4,44% no Patrimônio de Cobertura do Plano.

4.8 Notas explicativas

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída pelo Patrocinador Instituidor a **Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - Ascar**, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, através do Banco Central do Brasil - Bacen, com autorização de funcionamento concedida através da Portaria MPAS nº 2.463, de 24 de março de 1981, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

A Fapers tem por objetivo principal suplementar benefícios previdenciais assegurados pela Previdência Social aos seus participantes e respectivos dependentes; bem como promover o bem-estar social dos seus destinatários.

Os recursos de que a Fapers dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, segregados e individualizados nos Investimentos, conforme consta no custodiante Banco Bradesco S/A.

NOTA 2 – PLANOS DE BENEFÍCIOS

Plano PBD - quando de sua constituição, a Fapers adotou a modalidade de Plano de Benefício Definido, que foi aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000. Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.118 / SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefício I – PBD-I.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3867/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 4278/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 29/12/2008 conforme Portaria MPS/SPC nº 2691, publicada no Diário Oficial em 29/12/2008.

Plano PM - em fevereiro de 2001, a Fapers por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Variável – Plano Previdenciário Misto, tendo seu Regulamento aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000.

Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.117 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3865/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Misto a sua vigência foi a partir de 29/12/2008.

Plano PGS - Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Geral Saldado a sua vigência foi a partir de 01/01/2010.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas para as EFPCs, em cumprimento à Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº 01, de 03 de março de 2011, expedida pelo CNPC, que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2010. Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e pela Resolução MPS/CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011.

A Resolução MPS/CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011, determinou em seu Anexo B, os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, por plano de benefícios.

Os balancetes da Fapers são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados e manter o controle das migrações de recursos entre as diferentes gestões e planos de benefícios. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, em conformidade com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fapers para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

4.1 – O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada Gestão e Plano.

4.2 – Os Títulos Públicos e de Créditos Privados e Depósitos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos de cada mês de competência e ajustados ao valor provável de realização, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

4.3 – As ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008, anteriormente a avaliação dos componentes do segmento de renda variável era pelo valor de mercado com base na cotação média ao final de cada mês.

4.4 – As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor.

4.5 – Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data da última cotação de cada mês de competência.

4.6 – Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. As instalações em geral são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

4.7 – Os Empréstimos correspondem a empréstimos simples e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência.

4.8 – Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos na Instrução SPC/MPS n.º 34, Anexo 'A', de 24/09/2009.

NOTA 5 – CORREÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram identificadas divergências nos totalizadores das Demonstrações de Mutação do Ativo Líquido (DMAL) dos planos de benefícios PBD-I, Plano Misto e PGS publicadas em 2011.
As mesmas foram corrigidas em 2012 conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Valores em R$ mil

PLANO: PBD-I - PLANO DE BENEFICIO DEFINIDO I	**PUBLICADO**	**AJUSTADO**
DESCRIÇÃO	**31/12/2011**	**31/12/2011**
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**7.486**	**6.961**
1. ADIÇÕES	**5.644**	**5.644**
(+) CONTRIBUIÇÕES	4.910	4.910
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVEST - GESTÃO PREV.	734	734
2. DESTINAÇÕES	**-4.955**	**-4.955**
(-) BENEFÍCIOS	-4.944	-4.944
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-11	-11
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**689**	**689**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.274	4.274
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-3.585	-3.585
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**8.175**	**7.650**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**555**	**555**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	507	507
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	48	48

Valores em R$ mil

PLANO: PM - PLANO MISTO	PUBLICADO	AJUSTADO
DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2011
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**90.241**	**87.548**
1. ADIÇÕES	**28.100**	**28.100**
(+) CONTRIBUIÇÕES	20.076	20.076
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVEST.- GESTÃO PREV.	8.024	8.024
2. DESTINAÇÕES	**-7.252**	**-7.252**
(-) BENEFÍCIOS	-7.069	-7.069
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-183	-183
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**20.848**	**20.848**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	22.208	22.208
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	181	181
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-1.541	-1.541
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**111.089**	**108.396**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**2.682**	**2.682**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.187	2.187
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	495	495

Valores em R$ mil

PLANO: PGS - PLANO GERAL SALDADO	PUBLICADO	AJUSTADO
DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2011
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**142.902**	**142.618**
1. ADIÇÕES	**81.067**	**81.067**
(+) CONTRIBUIÇÕES	68.800	68.800
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVEST.- GESTÃO PREV.	12.267	12.267
2. DESTINAÇÕES	**-89.624**	**-89.624**
(-) BENEFÍCIOS	-89.275	-89.275
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-349	-349
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**-8.557**	**-8.557**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	79.645	79.645
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-88.202	-88.202
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**134.345**	**134.061**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**608**	**608**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	603	603
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5	5

NOTA 6 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Fapers ingressou em 01 de fevereiro de 2007 através do Mandado de Segurança nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001). Os valores mensais foram recolhidos através de depósito judicial até o mês de competência novembro de 2010.

Em 18 de maio de 2010, a Fapers obteve ganho da causa do processo acima mencionado, ficando no aguardo da expedição de Certidão para o levantamento dos depósitos judiciais. Nesta decisão houve também ganho para reversão das provisões, ficando com créditos junto a Secretaria da Receita Federal do período de 2002 a 2006.

Em 10 de dezembro de 2010, a Fapers através da empresa Exacto Consultores Empresariais Ltda, obteve o levantamento dos depósitos judiciais com as atualizações do período de referência janeiro de 2007 a outubro de 2010, que foi creditado em conta corrente do Plano de Gestão Administrativa da Fapers em 11 de janeiro de 2011. O valor do mês de novembro de 2010 ficou para levantamento, sendo transferido em 30 de junho de 2011 para o Realizável de Gestão Administrativa-PGA conforme demonstrativo a seguir na Nota 7.

NOTA 7 – CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE PROVISÕES

Em função do ganho de causa do Processo PIS e COFINS, relatada na Nota 6, houve a reversão dos valores relativos ao Processo, que foram contabilizados no Realizável do Plano de Gestão Administrativa-PGA em dezembro de 2010.

Em 01 de abril de 2011 a Fapers entrou com processo administrativo de "Pedido de Habilitação de Crédito Reconhecido por Decisão Judicial Transitada em Julgado", sendo um para PIS sob nº 11080.001202/2011-11 e outro para COFINS sob nº 11080.001201/2011-69 junto a Secretaria da Receita Federal, que quando da liberação fará compensações com débitos com tributos junto ao órgão.

Em 20 de maio de 2011, iniciaram-se as compensações com débitos com tributos junto ao órgão da Secretaria da Receita Federal, em face de liberação do "Pedido de Habilitação de Crédito Reconhecido por Decisão Judicial Transitada em Julgado". O término das compensações dos créditos ocorreu em 20/01/2012.

Em 30 de junho de 2011, foram transferidos da Contingência Passiva os valores de depósito judicial relativo ao mês de novembro de 2010. Em 09 de janeiro de 2012 a Fapers, através da empresa Exacto Consultores Empresariais Ltda, ingressou com a "Petição nº 12/0001636 na 2ª VF Tributária de Porto Alegre", requerendo a liberação dos valores depositados. Em 07/12/2012, a Fapers recebeu os valores atualizados, encerrando-se, assim, o processo.

A seguir demonstrativo da composição dos depósitos e créditos:

Demonstrativo da Composição dos Depósitos Judiciais e Créditos

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
DEPÓSITOS/REVERSÕES CONTINGÊNCIAS	**-**	**100**
Depósitos Judiciais PIS	-	1
Depósitos Judiciais COFINS	-	7
Créditos Junto a SRF da COFINS (Processo)	-	92

NOTA 8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS EXISTENTES NO ATIVO INTANGÍVEL E DIFERIDO

a) Imobilizado
Os bens que constituem o Ativo Permanente estão devidamente corrigidos pela variação da Ufir até 31/12/1995. Os bens adquiridos após esta data estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução nº 05, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002 do MPAS e a partir de 2010 de acordo com a nova legislação.

b) Intangível

Registra os gastos com implantação de sistemas computacionais adquiridos a partir de 01/01/2010, sendo amortizados pelo método linear.

c) Diferido
Registra os gastos com a implantação de sistemas computacionais, sendo amortizados pelo método linear.

Demonstra os valores adquiridos até 31/12/2009.

Descrição	TAXA DE DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
			31/12/2012	
IMOBILIZADO				
Móveis e Utensílios	**10%aa**	54	(44)	10
Máquinas e Equipamentos de Uso	**10%aa**	46	(41)	5
Direito de Uso de Telefones		8	**-**	8
Equipamento de Proces.de Dados	**20%aa**	91	(72)	19
Marcas e Patentes		2	**-**	2
		201	**(157)**	**44**
INTANGÍVEL				
Softwares	**20%aa**	**5**	**(2)**	**3**
		5	**(2)**	**3**
DIFERIDO				
Softwares	**20%aa**	**68**	**(66)**	**2**
		68	**(66)**	**2**

NOTA 9 – AVALIAÇÃO DE BENS DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E IMOBILIZADO

Os Investimentos Imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações periódicas. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano para edificações, 20% ao ano para instalações elétricas e 10% ao ano para instalações em geral e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

A Fapers efetuou em 02 de dezembro de 2011, o registro da reavaliação da participação de 20% do empreendimento “Shopping Center Lindóia” situado na Av. Assis Brasil, nº 3522 esquina com a Av. Panamericana, no Bairro Jardim Lindóia, em Porto Alegre (RS), tendo por base o Laudo de Avaliação nº 01247/ 2011, pela empresa “Bolsa de Avaliação de Imóveis do RGS Ltda”.

A Fapers, em atendimento as disposições legais, efetuou em 17 de dezembro de 2012 o registro da reavaliação dos imóveis situados na “Rua Marcílio Dias, 1073 e conjunto 501 na Rua Saldanha Marinho nº 33, ambos no Bairro Menino Deus, em Porto Alegre (RS), conforme abaixo descrito no sumário das contas objeto da reavaliação, tendo por base os Laudos de Avaliação nº 01831/2012 e 01832/2012, pela empresa “Bolsa de Avaliação de Imóveis do RGS Ltda”.

Imóveis	Valor Reavaliação	Valor Contábil	Acréscimos
Uso Próprio	**1.032**	**662**	**370**
Terrenos	**563**	**309**	**254**
Imóvel Rua Marcílio Dias 1073	536	297	239
Imóvel Rua Saldanha Marinho 33 Conj. 501	27	12	15
Construções	**469**	**353**	**116**
Imóvel Rua Marcílio Dias 1073	360	293	67
Imóvel Rua Saldanha Marinho 33 Conj. 501	109	60	49
Total Geral da Reavaliação	**1.032**	**662**	**370**

a) Aluguéis
São calculados com base nos contratos firmados a valores considerados pela administração como compatíveis com os valores de mercado, estão registrados em subcontas de investimentos imobiliários, em contrapartida das receitas dos Investimentos. De acordo com a legislação vigente, as EFPCs devem proceder à reavaliação de seus Investimentos Imobiliários em período não superior a três anos.

b) Provisão para Oscilações no Mercado Imobiliário
A Fapers na data de 02/12/2011 ajustou o valor para R$ 1.000 mil, a título de provisão para oscilações no mercado imobiliário, tendo como base o preço de mercado da reavaliação do empreendimento Lindóia Shopping Center, conforme Laudo n° 01247/2011 de Bolsa de Avaliação de Imóveis do Rio Grande do Sul S/S Ltda - BOLSAVAL, para fins de cobertura de eventual resultado futuro negativo em defesa dos interesses dos quotistas, conforme ATA nº 225 do Conselho Deliberativo.

c) Alienações
Representam os saldos das operações de venda a prazo, os quais são calculados pelo sistema da Tabela "Price", corrigidos pela variação do IGP-M, conforme estabelecido nos contratos de Promessa de Compra e Venda. Os Terrenos alienados (Gramado–RS), até 2002, foram realizados pelo método da Tabela "Price" (+) IGP-M, a partir de 2003 pela Tabela "Price" (+) INPC, e os demais Imóveis (em Porto Alegre) sempre realizados pelo método da Tabela "Price" (+) IGP-M.

NOTA 10 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

a) Por ocasião da criação do PGS, no período compreendido entre as datas base de janeiro a maio de 2010, os valores referentes aos pagamentos de benefícios foram calculados com base em estimativas fornecidas pela área de seguridade, uma vez que o sistema operacional utilizado para cálculo de benefícios ainda estava em construção. Ainda neste mesmo período, por problemas operacionais inerentes às alterações regulamentares e para não haver solução de continuidade para os assistidos, as folhas de benefícios dos Planos PGS e PBD, foram pagas pelo Plano Misto. Entretanto, após as modificações regulamentares implantadas no sistema de folha de benefícios, foi efetuado o recálculo dos benefícios pagos pela área de seguridade e constatado que os

valores estavam divergentes dos valores estimados anteriormente. Sendo assim, em virtude das análises efetuadas e considerando as alterações na estrutura operacional, mudança de sistema, implantação de saldos contábeis e a relevância dos valores envolvidos, resolvemos considerar os valores efetivamente pagos como sendo os valores devidos, e desta forma encerramos este processo através dos ajustes efetuados em 25/06/2012 entre as contas "Outros Realizáveis" e "Créditos de Participantes", entre os planos, conforme Relatório Circunstanciado de nº 01 de 25/06/2012 da área de contabilidade referente Ajuste Contábil entre Planos Contas Contábeis 1.2.1.9 e 2.1.1.2.03.

b) Em 25/06/2012, de acordo com Relatório Circunstanciado nº 03 de 25/06/2012 da área de contabilidade referente Ajuste Contábil nas Contas Contábeis 2.1.3.9.01.01 e 2.3.2.3.01, foram efetuados ajustes na conta "IR a Recolher", em Outras Exigibilidades, dos planos PBD e PM. Por ocasião do advento do Regime Especial de Tributação-RET, foi constituído o montante de recursos (acumulado do período de julho de 2003 a dezembro de 2004, mencionados em Notas Explicativas de 2004 a 2009), relativos ao compromisso com o imposto de renda sobre investimentos. A partir do ano de 2005, através da Instrução Normativa da SRF nº. 588 de 21/12/2005, em seu Art. 10, as Entidades de Previdência Complementar ficaram dispensadas de retenção e de pagamento do imposto de renda. Sendo assim, a Fapers decidiu por registrar estes valores como receita (conta contábil 5191- Outras Receitas Extraordinárias), reconhecendo como resultado apurado antes da restruturação regulamentar dos planos de benefícios, não sendo objeto de variação positiva na cota dos investimentos do mês.

c) Também em 25/06/2012, através do Relatório Circunstanciado nº 03 de 25/06/2012 da área de contabilidade referente Ajuste Contábil nas Contas Contábeis 2.1.3.9.01.01 e 2.3.2.3.01, foram procedidos ajustes no que se refere ao Saldo Fundo de Cobertura Perdas Ativos Financeiros, que foi constituído em 2003 para fazer frente à cobertura de eventuais perdas futuras em ativos financeiros, conforme ATA nº 266 de 20/01/2003 da Diretoria Executiva. Efetuamos a reversão do mesmo, registrando como receita e reconhecendo como resultado de exercícios anteriores, dos planos PBD e PM. A reversão não foi utilizada para fins de remuneração da cota do Plano Misto.

d) Em 25/07/2012 foi efetuada a liquidação financeira das importâncias em aberto entre planos das Contas Contábeis 1.1.2.4 e 2.1.3.8.98/2.1.3.9.04.01. Por ocasião da criação do PGS, por dificuldades operacionais para implantação das alterações regulamentares, quando da segregação dos planos em setembro/2010, os valores referentes aos pagamentos e/ou recebimentos de recursos entre os planos como empréstimos, imóveis, eram liquidadas somente pelo caixa principal do PM (Banrisul). Em julho de 2011, após novos cálculos efetuados pelos Atuários Independentes e a segregação contábil para apurar os patrimônios reais de cada plano, é que foram identificados os valores e percentuais corretos e devidos de cada plano, porém ficaram valores a serem conciliados para liquidação entre os planos, sendo necessário este ajuste efetuado em julho para encerrarmos este processo, conforme Relatório Circunstanciado de n.º 05 de 06/07/2012 da área de contabilidade referente Ajuste Contábil entre Planos Contas Contábeis 1.1.2.4 e 2.1.3.8.98/2.1.3.9.04.01.

e) De acordo com Relatório Circunstanciado de n.º 07 de 30/10/2012 da área de contabilidade referente Ajuste Contábil entre Planos Constas Contábeis 1.2.1.1.01 e 2.1.1.9.04.02, foram feitos levantamentos referentes aos valores mensais da parcela de CCA devida pelo Plano Misto e PGA para o PGS, referente ao período de janeiro 2010 a setembro de 2012 pertencentes a Patrocinadora Ascar e Fapers. Em 31/10/2012 fizemos as atualizações dos valores pela cota do Plano Misto e consequente liquidação financeira das importâncias em aberto, e desta forma encerrarmos este processo com liquidação entre contas e entre os planos.

NOTA 11 – OPERAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO, DE SERVIÇO PASSADO, DE DÉFICT TÉCNICO E DE OUTRAS CONTRATAÇÕES

11.1 – CONTRATAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

Foi firmado Instrumento de Confissão de Dívida entre Ascar e Fapers em 10/06/2010, para Contratação de Contribuições em Atraso dos meses de Fevereiro/2010 a Maio/2010, no valor total de R$ 1.247 mil, sendo o valor de R$ 10 mil pertencentes ao Plano de Benefício – PBD I e o valor de R$ 1.237 mil pertencentes ao Plano de Benefício II – PM. O prazo de amortização é de 10 meses, com valor da parcela de R$ 125 mil, com data de vencimento da Primeira Parcela em 10/06/2010 e as demais parcelas vencendo a cada dia 10 dos meses imediatamente subseqüentes ao da primeira parcela, até o vencimento da Décima Parcela em 10/03/2011. Os valores das Parcelas serão acrescidos de Juros de 0,50% ao mês e Atualização Monetária com base no INPC.

Demonstrativo da Contratação de Contribuições em Atraso

Descrição	PBD – I	PM
Patrocinadora Ascar – Contrato firmado em 10/06/2010	10	1.237

Em 31/10/2012 a Ascar efetuou o pagamento das parcelas em aberto dos planos PBD I (no montante atualizado de R$ 12 mil) e PM (no montante atualizado de R$ 2.183 mil), de acordo com o quadro constante no item 11.2 - Composição das Contribuições Contratadas da Patrocinadora Ascar. Em função do recebimento destas parcelas foi feita a reversão da PCLD.

11.2 – PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

a) Em dezembro/2008 foi aprovada, pela Secretaria de Previdência Complementar, a implantação do Plano Geral Saldado (PGS) da Fapers. Seu funcionamento foi condicionado ao reconhecimento pela Patrocinadora da insuficiência de cobertura calculada na data efetiva do plano. Esse reconhecimento ocorreu em 29/dezembro/2009, ficando os reflexos de sua implantação para registro a partir de 2010.

b) O montante das Contribuições Contratadas registradas na escritura do Instrumento Público de Confissão de Dívida firmado em 30/11/2000, foi recomposto pela Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida em 29/12/2009, no montante de R$ 57.481 mil, cuja base foi a processo de reestruturação dos planos de benefícios em 30/04/2009. A Patrocinadora se comprometeu a saldar o referido débito em 192 parcelas mensais e sucessivas, devidamente atualizadas até março de 2025. As parcelas aqui mencionadas, bem como o saldo devedor remanescente, serão atualizadas monetariamente, na menor periodicidade permitida em lei, pelo INPC e juros de 0,5% ao mês.

Demonstrativo da Escritura de "Re-Ratificação de Confissão Dívida

Descrição	PBD-I	PGS
Escritura Firmada 29/12/2009	6.516	52.167

c) A partir de janeiro de 2010 a referida escritura foi registrada no passivo na rubrica "Provisões Matemáticas a Constituir".

d) Foi firmado Instrumento de Confissão de Dívida entre Ascar e Fapers em 10/06/2010, para Contratação de Parcelas em Atraso de nº 11, 12, 13 e 14/192 da Escritura de Re-Ratificação firmada

em 29/12/2009, dos meses de Fevereiro/2010 a Maio/2010, no valor total de R$ 1.382 mil, sendo o valor de R$ 153 mil pertencentes ao Plano de Benefício – PBD I e o valor de R$ 1.229 mil pertencentes ao Plano Geral Saldado – PGS. O prazo de amortização é de 10 meses, com valor da parcela de R$ 138 mil , com data de vencimento da Primeira Parcela em 10/06/2010 e as demais parcelas vencendo a cada dia 10 dos meses imediatamente subseqüentes ao da primeira parcela, até o vencimento da Décima Parcela em 10/03/2011. Os valores das Parcelas serão acrescidos de juros de 0,50% ao mês e atualização monetária com base no INPC.

e) A partir de Outubro de 2011, por sugestão do Relatório de Fiscalização da Previc nº 007/2011 de 21/09/2011 e do Relatório de Auditoria n° 26/2011, de 18/11/2011, o registro da escritura foi transferido para o Ativo, rubrica 1.2.1.1.04 – Contribuições Contratadas, no subgrupo 1.2.1.1.04.99 – Outras Contratações.

11.3 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS / OUTRAS CONTRATAÇÕES

Em Outubro de 2011, acatando a sugestão do Relatório de Auditoria n° 26/2011, de 18/11/2011, foi realizada a transferência dos valores da Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida em 29/12/2009, da rubrica de 2311.03 – Provisões Matemáticas a Constituir para a rubrica 1.2.1.1.04 – Contribuições Contratadas, no subgrupo 1.2.1.1.04.99 – Outras Contratações. Bem como, registrada a Constituição de Provisão para Liquidação Duvidosa no valor de cem por cento do montante da contratação, atendendo o disposto na IN 34, Anexo A – Normas complementares, Item II – Procedimentos Operacionais, Sub-Item 10, de 24/09/2009.

Demonstrativo da Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida

Descrição	PBD-I	PGS	CONSOLIDADO
Escritura Firmada 29/12/2009	**0**	**0**	**0**
Saldo Devedor	4.320	66.874	71.194
(-) PCLD	(4.320)	(66.874)	(71.194)

11.4 – AÇÃO DE EXECUÇÃO JUDICIAL DA DÍVIDA DA Ascar

Como determina a Lei 109 em seu artigo 62, parágrafos 1º e 2º, em 27/12/2010 a Fapers entrou com Ação de Execução Judicial da Dívida com o seu Patrocinador Ascar, através do processo nº 001/1.10.03441041-4, para cobrança das Contribuições e Parcelas da Dívida em atraso até aquela data, no montante da ação de R$ 3.433 mil.

NOTA 12 – QUADROS COM A COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO E CONTRATADAS, E DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS COMPARATIVA COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

12.1– COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO PATROCINADORA Ascar

a) Plano de Benefício I – PBD I

Demonstrativo das Contribuições em Atraso

	31/12/2012		31/12/2011	
Mês de referência	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**
Ago./2010	0	0	2	2
Set./2010	0	0	2	2
Out./2010	0	0	2	2
Nov./2010	0	0	2	2
	0	**0**	**8**	**8**

b) Plano de Benefício II – PM

Demonstrativo das Contribuições em Atraso

	31/12/2012		31/12/2011	
Mês de referência	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**
Ago./2010	0	0	364	364
Set./2010	0	0	368	368
Out./2010	0	0	366	366
Nov./2010	0	0	373	373
	0	**0**	**1.472**	**1.472**

As contribuições de agosto, setembro, outubro e novembro de 2010 em atraso foram pagas pela Ascar em 31/10/2012 e, sendo assim, procedemos a reversão da PCLD correspondente na mesma data.

Estas contribuições fizeram parte da Composição da Ação de Execução Judicial da Dívida da Ascar em 27/12/2010.

12.2 – COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS DA PATROCINADORA Ascar

a) Plano de Benefício I – PBD I

Demonstrativo das Contribuições Contratadas em Atraso de 10/06/2010

		31/12/2012		31/12/2011	
Mês de referência	**Nº de Parcelas**	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**
Set./2010	5	0	0	1	1
Out./2010	6	0	0	1	1
Nov./2010	7	0	0	1	1
		0	**0**	**3**	**3**

b) Plano de Benefício II – PM

Demonstrativo das Contribuições Contratadas em Atraso de 10/06/2010

		31/12/2012		31/12/2011	
Mês de referência	**Nº de Parcelas**	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**	**Saldo atualizado**	**(-) PCLD**
Set./2010	5	0	0	164	164
Out./2010	6	0	0	163	163
Nov./2010	7	0	0	162	162
		0	**0**	**488**	**488**

Em 31/10/2012 a Ascar efetuou o pagamento das parcelas de nº 05, 06 e 07/10 em aberto dos planos PBD I e PM. Em função do recebimento destas parcelas foi feita a reversão da PCLD nesta data.

As parcelas citadas acima fizeram parte da Composição da Ação de Execução Judicial da Dívida da Ascar em 27/12/2010.

12.3 – COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS/ OUTRAS CONTRATAÇÕES

Demonstrativo da Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida

	Em 31/12/2012			Em 31/12/2011		
Descrição	**PBD-I**	**PGS**	**CONSOLIDADO**	**PBD-I**	**PGS**	**CONSOLIDADO**
Escritura Firmada 29/12/2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Parcelas em Atraso firmada 10/06/2010	93	1.423	1.516	78	1.188	1.266
Parcelas em Atraso firmada 29/12/2009	764	12.637	13.401	343	6.031	6.374
Saldo Devedor	4.165	63.752	67.917	3.994	61.128	65.122
(-) PCLD	-5.022	-77.812	-82.834	-4.415	-68.347	-72.762

a) Composição das Parcelas Contratadas em Atraso firmada em 10/06/2010

a.1) Plano de Benefício I – PBD I

Demonstrativo das Parcelas Contratadas em Atraso de 10/06/2010 em 31/12/2012

Mês	Vencimento	Nº Parcelas	Valor Parcela	Intervalo de Dias	Percentual Provisão	(-) PCLD
ago/10	10/09/2010	4	13	843	100%	13
set/10	10/10/2010	5	13	813	100%	13
out/10	10/11/2010	6	13	782	100%	13
nov/10	10/12/2010	7	13	752	100%	13
dez/10	10/01/2011	8	13	721	100%	13
jan/11	10/02/2011	9	14	690	100%	14
fev/11	10/03/2011	10	14	662	100%	14
Total			**93**			**93**

a.2) Plano Geral Saldado – PGS

Demonstrativo das Parcelas Contratadas em Atraso de 10/06/2010 em 31/12/2012

Mês	Vencimento	Nº Parcelas	Valor Parcela	Intervalo de Dias	Percentual Provisão	(-) PCLD
ago/10	10/09/2010	4	207	843	100%	207
set/10	10/10/2010	5	206	813	100%	206
out/10	10/11/2010	6	204	782	100%	204
nov/10	10/12/2010	7	203	752	100%	203
dez/10	10/01/2011	8	202	721	100%	202
jan/11	10/02/2011	9	201	690	100%	201
fev/11	10/03/2011	10	200	662	100%	200
Total			**1.423**			**1.423**

a.3) Posição das Parcelas Contratadas de 10/06/2010

	Em 31/12/2012			Em 31/12/2011		
Descrição	**PBD-I**	**PGS**	**Total**	**PBD-I**	**PGS**	**Total**
Parcelas Contratada	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Parcelas em Atraso	93	1.423	1.516	78	1.188	1.266
(-) PCLD	-93	-1.423	-1.516	-78	-1.188	-1.266

b) Composição das Parcelas em Atraso firmada em 29/12/2009

b.1) Plano de Benefício I – PBD I

Demonstrativo das Parcelas em Atraso de 29/12/2009 em 31/12/2012

Mês	Vencimento	Nº Parcelas	Valor Parcela	Intervalo de Dias	Percentual Provisão	(-) PCLD
ago/10	10/09/2010	17	33	843	100%	33
set/10	10/10/2010	18	33	813	100%	33
out/10	10/11/2010	19	33	782	100%	33
nov/10	10/12/2010	20	-	752	100%	-
dez/10	10/01/2011	21	-	721	100%	-
jan/11	10/02/2011	22	-	690	100%	-
fev/11	10/03/2011	23	32	662	100%	32
mar/11	10/04/2011	24	32	631	100%	32
abr/11	10/05/2011	25	31	601	100%	31
mai/11	10/06/2011	26	31	570	100%	31
jun/11	10/07/2011	27	31	540	100%	31
jul/11	10/08/2011	28	31	509	100%	31
ago/11	10/09/2011	29	31	478	100%	31
set/11	10/10/2011	30	31	448	100%	31
out/11	10/11/2011	31	30	417	100%	30
nov/11	10/12/2011	32	30	387	100%	30
dez/11	10/01/2012	33	30	356	100%	30
jan/12	10/02/2012	34	30	325	100%	30
fev/12	10/03/2012	35	30	296	100%	30
mar/12	10/04/2012	36	30	265	100%	30
abr/12	10/05/2012	37	30	235	100%	30
mai/12	10/06/2012	38	30	204	100%	30
jun/12	10/07/2012	39	30	174	100%	30
jul/12	10/08/2012	40	29	143	100%	29
ago/12	10/09/2012	41	29	112	100%	29
set/12	10/10/2012	42	29	82	100%	29
out/12	10/11/2012	43	29	51	100%	29
nov/12	10/12/2012	44	29	21	100%	29
Total			**764**			**764**

b.2) Plano Geral Saldado – PGS

Demonstrativo das Parcelas em Atraso de 29/12/2009 em 31/12/2012

Mês	Vencimento	Nº Parcelas	Valor Parcela	Intervalo de Dias	Percentual Provisão	(-) PCLD
ago/10	10/09/2010	17	503	843	100%	503
set/10	10/10/2010	18	502	813	100%	502
out/10	10/11/2010	19	500	782	100%	500
nov/10	10/12/2010	20	5	752	100%	5
dez/10	10/01/2011	21	468	721	100%	468
jan/11	10/02/2011	22	467	690	100%	467
fev/11	10/03/2011	23	489	662	100%	489
mar/11	10/04/2011	24	487	631	100%	487
abr/11	10/05/2011	25	485	601	100%	485
mai/11	10/06/2011	26	482	570	100%	482
jun/11	10/07/2011	27	478	540	100%	478
jul/11	10/08/2011	28	475	509	100%	475
ago/11	10/09/2011	29	474	478	100%	474
set/11	10/10/2011	30	472	448	100%	472
out/11	10/11/2011	31	469	417	100%	469
nov/11	10/12/2011	32	467	387	100%	467
dez/11	10/01/2012	33	464	356	100%	464
jan/12	10/02/2012	34	462	325	100%	462
fev/12	10/03/2012	35	459	296	100%	459
mar/12	10/04/2012	36	456	265	100%	456
abr/12	10/05/2012	37	455	235	100%	455
mai/12	10/06/2012	38	453	204	100%	453
jun/12	10/07/2012	39	449	174	100%	449
jul/12	10/08/2012	40	448	143	100%	448
ago/12	10/09/2012	41	445	112	100%	445
set/12	10/10/2012	42	444	82	100%	444
out/12	10/11/2012	43	441	51	100%	441
nov/12	10/12/2012	44	438	21	100%	438
Total			**12.637**		100%	**12.637**

b.3) Posição das Parcelas em atraso de 29/12/2009

	Em 31/12/2012			Em 31/12/2011		
Descrição	**PBD-I**	**PGS**	**Total**	**PBD-I**	**PGS**	**Total**
Parcelas firmada 29/12/2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Parcelas em Atraso	764	12.637	13.401	343	6.031	6.374
(-) PCLD	-764	-12.637	-13.401	-343	-6.031	-6.374

As parcelas de nº 04, 05, 06 e 07/10 (firmada em 10/06/2010) e as parcelas de nº 17, 18 e 19/192 (firmada em 29/12/2009), relacionadas acima fizeram parte da Composição da Ação de Execução Judicial da Dívida da Ascar em 27/12/2010.

12.4 – COMPOSIÇÃO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO JUDICIAL DA DÍVIDA DA Ascar

Demonstrativo da Ação de Execução Judicial de 27/12/2010

Descrição	PBD	PM	PGS	Total
Contribuições em Atraso	7	1.297	-	1.304
Contribuições Contratadas em Atraso	3	406	-	409
PM a Constituir em Atraso	105	-	1.615	1.720
Total Geral				**3.433**

12.5– COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS COMPARATIVA

a) Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
TÍTULOS PÚBLICOS	**10.662**	**8.394**
Títulos Públicos Federais	10.662	8.394
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**114.471**	**138.117**
Instituições Financeiras	47.617	101.448
Companhias Abertas	66.854	36.669
Companhias Fechadas	-	-
AÇÕES	**27.927**	**26.214**
Instituições Financeiras	5.775	3.877
Companhias Abertas	22.152	20.631
Empréstimos de Ações	-	1.706
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**120.655**	**69.941**
Ações	13.877	14.453
Multimercado	103.749	21.541
Direitos Creditórios	3.029	33.947
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**5.716**	**5.864**
Alugueis e Renda	5.406	5.294
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	310	570
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**4.033**	**4.892**
Empréstimos	4.033	4.892
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	**283.464**	**253.422**

b) Títulos com Marcação Real – Por Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa

Descrição	31/12/2012			
	PBD-I	PM	PGS	PGA
TÍTULOS PÚBLICOS				
Nota do Tesouro Nacional	1.589	2.456	6.617	-
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS				
Certificados de Depósitos Bancários	-	3.955	7.909	-
Dep. Prazo Garant Especial	255	14.824	20.674	-
Debêntures Não Conversíveis – CA	3.103	30.417	29.185	-
Certificados de Receb Imobiliários	320	1.271	2.558	-
AÇÕES				
Instituições Financeiras	265	1.607	3.902	-
Companhias Abertas	795	7.210	14.147	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS				
Ações	-	7.437	6.440	-
Multimercado	1.426	56.563	42.056	3.704
Direitos Creditórios	304	1.055	1.670	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**169**	**1.811**	**3.736**	**-**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**43**	**2.727**	**1.263**	**-**

c) Critério para Registro e Avaliação de Títulos e Valores Mobiliários

Em atendimento à Resolução CGPC nº. 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(i) Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

(ii) Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração e considerando a capacidade financeira da Fapers, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

Descrição	Parâmetro	Natureza	Custo de Aquisição	Montante 31/12/2012	Faixas de Vencimento
TÍTULOS PÚBLICOS				**10.662**	
Títulos Públicos Federais				**10.662**	
NTN-B	Curva	ii	2.951	4.166	135 dias
NTN-B	Curva	ii	995	1.357	865 dias
NTN-B	Curva	ii	2.309	3.357	1.596 dias
NTN-F	Curva	ii	1.720	1.782	3.653 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS				**114.471**	
Instituições Financeiras				**47.617**	
CDB-Oper.Compromi ssada-Safra	Curva	ii	3.009	3.002	1.458 dias
CDB-Oper.Compromissada -Santander	Curva	ii	300	567	219 dias
CDB-Oper.Compromissada -Unibanco	Curva	ii	5.000	8.295	63 dias
DPGE-Banif	Curva	ii	1.000	1.283	456 dias
DPGE-Bicbanco	Curva	ii	2.000	2.852	505 dias
DPGE-Bicbanco	Curva	ii	900	1.109	501 dias
DPGE-Fibra	Curva	ii	1.500	1.940	445 dias
DPGE-Fibra	Curva	ii	2.000	2.570	493 dias
DPGE-Fibra	Curva	ii	1.500	1.848	897 dias
DPGE-Indusval	Curva	ii	2.000	2.551	435 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	1.200	1.470	147 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	2.320	3.055	372 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	2.000	2.168	1533 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	1.000	1.088	1536 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	800	868	1479 dias
DPGE-Rural	Curva	ii	3.500	3.678	913 dias
DPGE-Rural	Curva	ii	6.400	4.428	679 dias
DPGE-Schahim	Curva	ii	1.000	1.234	511 dias
DPGE-Schahim	Curva	ii	1.500	2.165	604 dias
DPGE-Schahin	Curva	ii	1.000	1.446	619 dias
Companhias Abertas				**37.990**	
CRI-BRC(Petrobrás)	Curva	ii	4.026	4.150	3.299 dias
Debêntures Simples-ALL	Curva	ii	2.521	2.900	1.931 dias
Debêntures Simples- BR Telecom	Curva	ii	4.011	4.378	2.631 dias
Debêntures Simples-CBEE(Ampla)	Curva	ii	4.033	4.510	1.992 dias
Debêntures Simples-Vale	Curva	ii	6.013	6.050	324 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Curva	ii	6.063	6.625	3.333 dias
Debêntures Simples-Energisa	Curva	ii	4.008	4.229	2.387 dias
Debêntures Simples-TPI	Curva	ii	5.021	5.148	1.749 dias
Companhias Fechadas				**28.864**	
Debêntures Simples-Alupar	Curva	ii	1.998	659	349 dias
Debêntures Simples- CPTE	Curva	ii	13.226	12.986	3.967 dias

Descrição	Parâmetro	Natureza	Custo de Aquisição	Montante 31/12/2012	Faixas de Vencimento
Debêntures Simples-CART	Curva	ii	5.022	5.028	4.367 dias
Debêntures Simples-Alga	Curva	ii	5.091	5.191	2.449 dias
Debêntures Simples-ASPC	Curva	ii	4.427	5.000	3.667 dias
AÇÕES				**27.927**	
Instituições Financeiras	Mercado	i	-	5.775	
Companhias Abertas	Mercado	i	-	22.152	
				120.655	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS					
Ações	Mercado	i	-	13.877	
Multimercado	Mercado	i	-	103.749	
Direitos Creditórios	Mercado	i	-	3.029	

Operações realizadas de acordo Resolução CGPC n° 15, de 23/08 2005
A Fapers não efetuou operações contempladas pela Resolução CGPC n°15, de 23/08/2005.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento", em virtude da capacidade financeira da Fapers.

NOTA 13 – GESTÃO PREVIDENCIAL

13.1 FOLHA DE SUPLEMENTAÇÃO DE JANEIRO A MAIO/2010

a) No período entre os meses de Janeiro/2010 a Maio/2010, o pagamento das Suplementações se deu em dois planos previdenciários, o PBD–I e o PM, em função da não segregação da Folha de Benefícios entre os três planos de benefícios no momento de suas liquidações, efetuando-se os registros contábeis da saída dos recursos, dos planos PBD e PM, em conta de Adiantamento do Realizável Previdencial de cada plano.

b) Posteriormente foram simuladas as Folhas de Benefícios referentes ao período de Janeiro/2010 a Maio/2010, possibilitando a contabilização das Suplementações a Pagar segregadas pelos três planos de benefícios, PBD-I, PM e PGS. Os registros contábeis foram apropriados dentro da Gestão Previdencial do Exigível Operacional de cada plano de beneficio.

c) No mês de Julho/2010, foi gerado demonstrativo com o encontro de valores entre as Folhas de Benefícios efetivamente pagas e as simuladas, dos meses de Janeiro/2010 a Maio/2010, apurando-se o valor real devido por cada plano de benefício.

d) No encontro de valores entre as folhas de benefícios efetivadas e as simuladas, não foi possível identificar as diferenças apontadas nas rubricas envolvidas. As divergências encontradas nas referidas rubricas não puderam ser apuradas por falta de detalhamento analítico, entre as duas folhas (simuladas e efetivadas), mês a mês, por cada plano de benefício.

Em 25/06/2012 foram efetuados os ajustes zerando os saldos das contas mencionadas no item b) acima, com base no Relatório Circunstanciado nº 01 de 25/06/2012 da Área de Contabilidade referente Ajuste Contábil entre Planos Contas Contábeis 1.2.1.9 e 2.1.1.2.03, constante na letra a) da Nota 10.

13.2 COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

a) Em julho de 2012, o arquivo bancário remetido ao Banrisul para efetuar as cobranças de contribuições de participantes do Plano Misto, foi enviado com divergências na numeração das agências bancárias de alguns participantes, o que ocasionou cobranças indevidas ou em duplicidade, conforme Relatório Circunstanciado nº 08 de 20/12/2012 da Área de Seguridade referente Ocorrências na Arrecadação de Junho/2012 do Banrisul. Estes valores foram contabilizados em "Créditos de Participantes – Devoluções de Contribuições", no montante de R$ 87mil em julho/12, permanecendo saldo de R$ 6 mil em 31/12/2012, que será regularizado em 2013.

b) De acordo com Relatório Circunstanciado de n.º 9 de 20/12/2012 da área de Seguridade referente Inadimplência de Contribuições de Participantes, foi feito um exame criterioso referente à inadimplência de contribuições dos participantes do Plano Misto.
Levando em consideração o período de janeiro a junho de 2012, constatou-se que o principal motivo da inadimplência foi a insuficiência de saldo na conta corrente dos participantes, tendo em vista que a cobrança era realizada por débito em conta. A fim de sanar esta deficiência, a partir de janeiro de 2013 a contribuição mensal do participante ativo será realizada através do desconto em Folha de Pagamento do Patrocinador.

NOTA 14 – LIMITES DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA RATEIO DAS DESPESAS ADMINITRATIVAS POR GESTÃO E PLANOS DE BENEFÍCIOS

14.1 – LIMITES DOS CUSTEIOS ADMINISTRATIVOS

De acordo com a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, no capítulo III, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa. O limite poderá ser representado pela Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir) ou pela Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir). Para o primeiro semestre de 2012 a Fapers estabeleceu como limite a Taxa de Carregamento. Quando da avaliação do desempenho do primeiro semestre, realizada em agosto/12, foi verificado que o limite que melhor se enquadra à realidade da Fundação é a Taxa de Administração. Desta forma o estudo foi apresentado ao Conselho Deliberativo que aprovou a Taxa de Administração para o segundo semestre do ano.

14.2 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para 2012, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo a consolidação das despesas administrativas do PGA no grupo de contas contábeis "Despesas da Administração Total", 4.2.9, e somente depois realiza-se o rateio entre as gestões previdencial e de investimentos, diferente da escrituração de 2011 que realizava o rateio de forma independente aos controles contábeis, antes da escrituração. O modelo proposto acarretou racionalização de lançamentos contábeis, diminuindo o volume de livros diário e razão, e melhor operacionalização do sistema.

14.3 – CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 22/12/2009 o Conselho Deliberativo aprovou o "Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA" para o exercício de 2010 e seu respectivo Anexo I, que foi apresentado pela

empresa JCM&B Consultores, conforme documento “Proposta de critérios de rateio das despesas administrativas para os planos de benefícios administrados pela Fapers”, de 18/12/2009, realizou a elaboração dos critérios de rateio das despesas administrativas da Entidade entre as atividades previdencial e de investimentos e entre os diversos planos de benefícios previdenciais administrados pela Fapers.

Para o exercício de 2011, em 28 de dezembro de 2010 o Conselho Deliberativo deliberou a utilização dos mesmos critérios de rateio das despesas administrativas que fizeram parte do Anexo I do Regulamento do PGA de 2010.

Para 2012, após análise realizada pela consultoria contábil contratada PRP Soluções Contábeis Ltda, constatou-se que tecnicamente os critérios de rateio até então utilizados não eram os mais adequados, podendo ser melhorados. Neste sentido, após análise da área, o assunto foi submetido ao Conselho Deliberativo, que deliberou pela utilização de novos critérios, tendo em vista estes terem se mostrado objetivos e uniformes, conforme quadro abaixo.

a) Critérios de Rateio por Gestão

Para realizar o rateio das despesas administrativas a Fapers utilizou o critério de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e gestor, resultando nos percentuais abaixo.

Demonstrativo dos Critérios de Rateio por Gestão

Critério	% Previdencial	% Investimentos	% Total
CARGOS	TEMPO DE TRABALHO		
Diretor Superintendente	40,00%	60,00%	100,00%
Diretor Financeiro	0,00%	100,00%	100,00%
Diretor de Seguridade	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 1	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário 2	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 3	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 4	0,00%	100,00%	100,00%
Funcionário 5	0,00%	100,00%	100,00%
Funcionário 6	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 7	20,00%	80,00%	100,00%
Funcionário 8	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário 9	50,00%	50,00%	100,00%
Percentuais de Rateio	**50,83%**	**49,17%**	**100,00%**

b) Critérios de Rateio por Plano

Para realizar o rateio das despesas administrativas entre os Planos da Fapers utilizamos para cada gestão um critério, a fim de buscar maior coerência na efetivação dos rateios da Gestão Previdencial e de Investimentos.

b.1) Para Gestão Previdencial o rateio será pelo número de participantes.

Demonstrativo dos Critérios de Rateio por Plano Gestão Previdencial

Critério	% PBD – I	% PM	% PGS	% Total
Quantidade de Participantes	0,72%	67,39%	31,89%	100,000%

b.2) Para Gestão de Investimentos o rateio será pelo Patrimônio dos Planos

Demonstrativo dos Critérios de Rateio por Plano Gestão Investimentos

Critério	% PBD – I	% PM	% PGS	% Total
Pelo Patrimônio dos Planos	3,16%	42,68%	54,16%	100,000%

NOTA 15 – OBJETIVOS E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

15.1 – FUNDOS PREVIDENCIAIS

15.1.1 – Fundo Previdencial – Plano Misto

a) Conta de Oscilação de Risco-COR – Constituída com parcela do saldo da conta individual própria (CIP) do participante, a título de variabilidade atuarial, na data de início. Esta conta visa suprir eventual insuficiência da Conta Coletiva de Benefícios Concedidos (CCBC) ou dela receberá crédito proveniente de eventuais Superávits. Sendo constituído no exercício de 2012 o valor de R$ 98 mil e o seu Saldo em 31/12/2012 no valor R$ 524 mil.

Conta de Oscilação de Risco - COR	2012	2011
Constituição	98	52
Saldo	**524**	**426**

15.2 – FUNDOS ADMINISTRATIVOS

É Constituído ou Revertido mensalmente, conforme apuração do resultado líquido da gestão administrativa, individualmente pela gestão previdenciária e de investimentos e por cada plano de benefício. Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, apurada através do seu fluxo dos investimentos e apropriada conforme a participação de cada plano de benefício na formação do fundo.

Demonstrativo dos Critérios de Rateio Fundo Administrativo

Critério	% PBD – I	% PM	% PGS	% Total
Pelo Patrimônio do Fundo	16,24%	66,59%	17,17%	100,000%

Demonstrativo Fundo Administrativo por Plano de Benefício

Descrição	Em 31/12/2012				Em 31/12/2011			
	PBD – I	PM	PGS	Total	PBD – I	PM	PGS	Total
Fundo Administrativo PGA	567	2.585	764	3.916	507	2.187	603	3.297

15.3 – FUNDOS DE INVESTIMENTOS

15.3.1 – Empréstimos: constituído para fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e/ou invalidez permanente.

15.3.2 – Ativos Financeiros: constituído para fazer frente à cobertura de eventuais perdas futuras em ativos financeiros, conforme ATA nº 266 de 20/01/2003 da Diretoria Executiva. Este Fundo foi totalmente revertido em 25/06/2012 conforme citado no item "d" da Nota Explicativa nº 10.

Descrição	Em 31/12/2012				Em 31/12/2011			
	PBD – I	PM	PGS	Total	PBD – I	PM	PGS	Total
Fdo Cob Emprest p/ Morte ou Invalidez	1	263	12	276	0	263	4	268

16 - OUTROS FATOS RELEVANTES
16.1 - TAXA DE JUROS e TABUA DE MORTALIDADE

De acordo com a Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2013, as entidades de fundo de pensão deverão comprovar a conformidade da taxa real anual de juros utilizada, em face de sua adequação às características da massa de participantes dos planos e a tendência de queda de taxa de juros de longo prazo dos planos de benefícios administrados pela Fapers.

A Fundação, a partir dos teste de aderência das Tabuas de Mortalidade, solicitou um estudo aos atuários responsáveis dos Planos, visando à substituição da tábua de mortalidade combinada com a alteração da taxa de juros. O estudo apresentado demonstrou os seguintes resultados:

a) Plano de Benefício I – PBD-I:

Exercício 1 – Alterações da taxa de juros e Tábua de mortalidade AT 83.

	PLANO PBD 01						
	6,00%	5,75%	5,50%	5,25%	5,00%	4,75%	4,50%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ 7.305.822,84	R$ 7.448.308,68	R$ 7.595.857,27	R$ 7.748.711,10	R$ 7.907.126,90	R$ 8.071.376,64	R$ 8.241.748,46
Benefícios Concedidos	R$ 6.456.167,28	R$ 6.576.286,58	R$ 6.700.429,60	R$ 6.828.775,63	R$ 6.961.513,63	R$ 7.098.842,80	R$ 7.240.973,23
Benefícios a Conceder	R$ 849.655,56	R$ 872.022,10	R$ 895.427,67	R$ 919.935,47	R$ 945.613,27	R$ 972.533,84	R$ 1.000.775,23
RESULTADO	R$ 973.678,19	R$ 831.192,35	R$ 683.643,76	R$ 530.789,93	R$ 372.374,13	R$ 208.124,39	R$ 37.752,57

Exercício 2 – Alterações da taxa de juros e Tábua de mortalidade AT 2000.

	PLANO PBD 01						
	6,00%	5,75%	5,50%	5,25%	5,00%	4,75%	4,50%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03	R$ 8.279.501,03
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ 7.390.696,87	R$ 7.539.165,71	R$ 7.693.045,49	R$ 7.852.601,33	R$ 8.018.114,23	R$ 8.189.882,14	R$ 8.368.221,21
Benefícios Concedidos	R$ 6.533.622,17	R$ 6.659.049,18	R$ 6.788.794,03	R$ 6.923.053,92	R$ 7.062.036,98	R$ 7.205.962,82	R$ 7.355.063,38
Benefícios a Conceder	R$ 857.074,70	R$ 880.116,53	R$ 904.251,46	R$ 929.547,41	R$ 956.077,25	R$ 983.919,32	R$ 1.013.157,83
RESULTADO	R$ 888.804,16	R$ 740.335,32	R$ 586.455,54	R$ 426.899,70	R$ 261.386,80	R$ 89.618,89	R$ (88.720,18)

b) Plano de Benefícios II – Plano Misto:

Exercício 1 – Alterações da taxa de juros e Tábua de mortalidade AT 83.

	PLANO DE BENEFÍCIOS II						
	6,00%	5,75%	5,50%	5,25%	5,00%	4,75%	4,50%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ 137.592.342,06	R$ 138.102.937,05	R$ 138.632.318,59	R$ 139.181.420,91	R$ 139.751.234,81	R$ 140.342.811,68	R$ 140.957.267,73
Benefícios Concedidos	R$ 40.194.104,18	R$ 40.704.699,17	R$ 41.234.080,71	R$ 41.783.183,03	R$ 42.352.996,93	R$ 42.944.573,80	R$ 43.559.029,85
Benefícios a Conceder	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	97.398.237,88
RESULTADO	R$ (5.794.570,96)	R$ (6.305.165,95)	R$ (6.834.547,49)	R$ (7.383.649,81)	R$ (7.953.463,71)	R$ (8.545.040,58)	R$ (9.159.496,63)

Exercício 2 – Alterações da taxa de juros e Tábua de mortalidade AT 2000.

	PLANO DE BENEFÍCIOS II						
	6,00%	5,75%	5,50%	5,25%	5,00%	4,75%	4,50%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10	R$ 131.797.771,10
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ 138.234.975,30	R$ 138.819.155,31	R$ 139.426.368,31	R$ 140.057.819,40	R$ 140.714.789,64	R$ 141.398.641,50	R$ 142.110.824,85
Benefícios Concedidos	R$ 40.836.737,42	R$ 41.420.917,43	R$ 42.028.130,43	R$ 42.659.581,52	R$ 43.316.551,76	R$ 44.000.403,62	R$ 44.712.586,97
Benefícios a Conceder	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	R$ 97.398.237,88	97.398.237,88
RESULTADO	R$ (6.437.204,20)	R$ (7.021.384,21)	R$ (7.628.597,21)	R$ (8.260.048,30)	R$ (8.917.018,54)	R$ (9.600.870,40)	R$ (10.313.053,75)

c) Plano Geral Saldado – PGS:

Exercício 1 – Alterações da taxa de juros e Tábua de mortalidade AT 83.

	PLANO GERAL SALDADO						
	6,00%	5,75%	5,50%	5,25%	5,00%	4,75%	4,50%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ 228.148.944,61	R$ 233.124.789,32	R$ 238.304.695,66	R$ 243.699.795,77	R$ 249.321.954,88	R$ 255.183.826,93	R$ 261.298.914,53
Benefícios Concedidos	R$ 140.900.567,86	R$ 143.580.601,59	R$ 146.361.412,22	R$ 149.248.054,89	R$ 152.245.891,19	R$ 155.360.610,54	R$ 158.598.253,15
Benefícios a Conceder	R$ 87.248.376,75	R$ 89.544.187,73	R$ 91.943.283,44	R$ 94.451.740,88	R$ 97.076.063,69	R$ 99.823.216,39	R$ 102.700.661,38
RESULTADO	R$ (88.127.333,66)	R$ (93.103.178,37)	R$ (98.283.084,71)	R$ (103.678.184,82)	R$ (109.300.343,93)	R$ (115.162.215,98)	R$ (121.277.303,58)

Exercício 2 – Alterações da taxa de juros e Tábua de mortalidade AT 2000.

	PLANO GERAL SALDADO						
	6,00%	5,75%	5,50%	5,25%	5,00%	4,75%	4,50%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95	R$ 140.021.610,95
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ 229.958.814,90	R$ 235.101.969,39	R$ 240.460.820,68	R$ 246.047.383,25	R$ 251.874.478,31	R$ 257.955.795,93	R$ 264.305.962,53
Benefícios Concedidos	R$ 142.363.512,08	R$ 145.148.633,68	R$ 148.041.022,53	R$ 151.046.179,25	R$ 154.169.944,79	R$ 157.418.524,59	R$ 160.798.514,62
Benefícios a Conceder	R$ 87.595.302,82	R$ 89.953.335,71	R$ 92.419.798,15	R$ 95.001.204,00	R$ 97.704.533,52	R$ 100.537.271,34	R$ 103.507.447,91
RESULTADO	R$ (89.937.203,95)	R$ (95.080.358,44)	R$ (100.439.209,73)	R$ (106.025.772,30)	R$ (111.852.867,36)	R$ (117.934.184,98)	R$ (124.284.351,58)

Este estudo foi submetido ao Conselho Deliberativo, e conforme a Ata nº 239 de 28/02/2013, a fim de atender ao disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012, foi decidido que a partir de 2013 serão adotados novos índices máximos de taxa de juros em substituição aos atuais 6% a.a., exceto para o Plano Geral Saldado – PGS, que o Conselho definirá a partir da assinatura da Escritura de Confissão de Dívida com a Patrocinadora, em decorrência do acordo assinado junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da PREVIC, abril de 2013.
Apresentamos no quadro abaixo as novas taxas:

Descrição	2013 (%)			2012 (%)		
Plano de Benefício	PBD – I	PM	PGS (*)	PBD – I	PM	PGS
Taxa de Juros	5,00	5,50	6,00	6,00	6,00	6,00

(*) A partir da assinatura da Escritura de Confissão de Dívida pela Patrocinadora o assunto será novamente discutido no *Conselho Deliberativo para definição até julho de 2013.*

Também, em cumprimento ao disposto na Resolução acima citada, no decorrer do 2º semestre de 2013, será alterada a Tabua de Mortalidade utilizada atualmente AT83, para a Tábua AT2000 para os planos de benefícios PBD-I, PLANO MISTO e PGS.

Com relação à equalização do déficit do Plano Misto, serão instituídos Contribuições Extraordinárias, visando à recomposição do Ativo do Plano, como forma de eliminar o atual déficit técnico em Obediência ao disposto no § 3º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008. Também será ajustada a Taxa para cobertura de Risco ou a alteração do Regulamento do Plano adequando aos atuais valores cobrados conforme Ata nº 239 do Conselho Deliberativo de 28 de fevereiro de 2013.

Com relação à equalização do déficit do Plano Geral Saldado, após a aprovação da PREVIC ao constate no Acordo firmado em 10 de outubro de 2012, entre as partes Ascar e Fapers, a adoção de taxas de contribuições extraordinárias para todos os participantes e patrocinadoras, visando a busca do reequilíbrio do plano.

17 – EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 - PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO PLANO GERAL SALDADO

Desde a criação do Plano Geral Saldado a Fundação vem enfrentando problemas junto a Patrocinadora Ascar no sentido de receber os valores acordados em 29 de dezembro de 2009. Com o objetivo de solucionar este impasse a Fapers e a Ascar, protocolaram em 09 de março de 2012, junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, requerimento para instauração de procedimento de mediação e conciliação com vista a solucionar o litígio envolvendo a dívida da patrocinadora Ascar com a Entidade, cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012.

Como importante fundamento do Acordo está a necessidade de segregação do contrato assinado em 2009 em dois contratos: um que contenha a dívida financeira e outro com o *déficit* atuarial.

Para a formalização e firmamento dos novos contratos, houve a necessidade de buscar a homologação judicial do acordo e o consequente arquivamento das ações judiciais. A homologação do acordo deu-se em 15 de fevereiro de 2013 conforme nota de expediente nº 5017 da Décima Terceira Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre – RS. As partes tem até 60 dias após a homologação judicial para a assinatura dos novos contratos de Confissão de Dívida.

O Patrocinador Ascar no cumprimento do acordo firmado acima, em 31 de janeiro de 2013, efetuou a título de antecipação a parcela 01/252 da dívida financeira no montante de R$ 127 mil.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.

Elisângela Froehlich	Clever Renato Neuenfeldt	Sabrina Giacomoni Comelli
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro	Contadora
CPF:933.128.900-63	CPF:407.566.020-68	CPF:641.913.030-15/CRC/RS:058855/0-6

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício I - PBD-I)

PARECER ATUARIAL 002/2013

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2012 DO PLANO DE BENEFÍCIOS I PBD-I.

A avaliação do Plano de benefícios I PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na Resolução CGPC n 18 de 28/03/2006, bem como a Resolução CGPC n 09 de 29/11/2012.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de benefícios I PBD-I da Fapers apresentou, em 31/12/2012, um superávit técnico de R$ 973.678,19, equivalente a 11,76% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 8.279.501,03, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012.

3) A População do plano é constituída de um participante ativo com 55 anos de idade e 15 aposentados, cuja idade média é de 70 anos e beneficio médio de R$ 2.964,63.

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

TAXA REAL ANUAL DE JUROS	6%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0,00%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	0%
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO -	
DOS SALÁRIOS	0%
DOS BENEFICIOS DA ENTIDADE	0%
DOS BENEFíCIOS DO INSS	0%
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	NULA
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-83 MALE
COMPOSIÇÃO DE FAMILIA DE PENSIONISTAS	(*)
(*) EXPERIÊNCIA REGIONAL	

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2012, foi de 14,13% contra uma meta atuarial de 12,57%, o que, em termos reais, representa obter mais 1,39% contra uma meta atuarial de 6%, tomando-se como deflator o INPC do IBGE e utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2012, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$ 6.456.167,28
Benefícios a Conceder	R$ 849.655,56
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$ 7.305.822,84
Patrimônio de Cobertura do plano	R$ 8.279.501,03
Superávit	R$ 973.678,19

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico a ser registrado integralmente como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos regimes financeiros adotados na avaliação atuarial do exercício de 2011, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela Fapers e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) A destinação do Superávit Técnico de R$ 973.678,19, a ser integralmente registrado como Reserva de Contingência, tem por objetivo dar cobertura à desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

9) Do ponto de vista atuarial, estamos apresentando as seguintes recomendações a serem implantadas ao longo do exercício de 2013:

   a) Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros, ou seja, adotar no máximo 5,75% em substituição aos 6% atuais;

   b) Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à tábua de mortalidade adotando-se a Tábua de AT 2000 em substituição à Tábua AT 83 utilizada atualmente.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2013.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

Luiz Alberto Macalão Martini
Atuário MIBA 541

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício II – Plano Misto)

PARECER ATUARIAL 003/2013

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2012 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na Resolução CGPC n 18 de 28/03/2006, bem como a Resolução CGPC n 09 de 29/11/2012.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da Fapers apresentou, em 31/12/2012, um déficit técnico de R$ 5.794.570,96, equivalente a 4,4% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 131.797.771,10, demonstrando um pequeno desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012.

3) A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativo	1.589	Saldo de Contas	48,98
Aposentados	347	R$ 319,29	62,00
Inválidos	40	R$ 1.268,59	57,00
Pensões	42	R$ 2.251,34	50,00

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

TAXA REAL ANUAL DE JUROS (*)	6%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0,00%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	0%
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO -	
DOS SALÁRIOS	0%
DOS BENEFICIOS DA ENTIDADE	0%
DOS BENEFíCIOS DO INSS	0%
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	NULA
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-83 MALE
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	EX-IAPC
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	MULLER
COMPOSIÇÃO DE FAMILIA DE PENSIONISTAS	(**)
(*) A TAXA DE JUROS DE 6% É APENAS PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
(**) EXPERIÊNCIA REGIONAL	

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2012, foi de 14,73% contra uma meta atuarial de 12,57%, o que, em termos reais, representa obter mais 1,92% contra uma meta atuarial de 6%, tomando-se como deflator o INPC do IBGE e utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2012, as seguintes aberturas:

MISTO		
Benefícios Concedidos	R$	40.194.104,18
Benefícios a Conceder	R$	97.398.237,88
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$	137.592.342,06
Patrimônio de Cobertura do plano	R$	131.797.771,10
Déficit	-R$	5.794.570,96

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos regimes financeiros adotados na avaliação atuarial do exercício de 2011, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela Fapers e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Do ponto de vista atuarial, estamos apresentando as seguintes recomendações a serem implantadas ao longo do exercício de 2013:

   a) Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros, ou seja, adotar no máximo 5,75% em substituição aos 6%;

   b) Estudo da possibilidade de adoção da tábua de mortalidade adotando-se a Tábua de AT 2000 em substituição à Tábua AT 83 utilizada atualmente, tendo em vista os testes de aderência já apresentados.

   c) Adoção de Contribuição Extraordinária, visando a recomposição do Ativo do plano, como forma de eliminar o atual déficit em obediência ao disposto no § 3º do Artigo 28 da RESOLUÇÃO CGPC Nº 26, de 29 de setembro de 2008.

   d) Ajuste na taxa para cobertura dos benefícios de Risco ou alteração do regulamento do Plano adequando aos atuais valores cobrados.

É o parecer

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2013.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

Luiz Alberto Macalão Martini
Atuário MIBA 541

PARECER ATUARIAL (Plano Geral Saldado – PGS)

PARECER ATUARIAL 004/2013

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2012 DO PLANO GERAL SALDADO - PGS.

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na Resolução CGPC n 18 de 28/03/2006, bem como a Resolução CGPC n 09 de 29/11/2012.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da Fapers apresentou, em 31/12/2012, um déficit técnico de R$ 88.127.333,66, equivalente a 62,94% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 140.021.610,95, demonstrando um grande desequilíbrio do plano. A esse respeito cabe ressaltar que Conforme o Demonstrativo Atuarial de 2011, este Plano demonstrou um déficit técnico decorrente da Inadimplência da Patrocinadora Ascar que, em 2009 assinou contrato de Confissão de Dívida junto à Fapers, porém não honrou com os compromissos assumidos, situação apontada no DA de 2011 que comprometia cerca de 50% do Ativo Total.

   Para resolver esta situação a Fapers abriu um procedimento de Mediação junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da PREVIC. A sentença arbitral homologatória do Acordo entre Ascar e Fapers foi assinada em 06 (seis) de novembro de 2012 sob o nº 01/2012/CMCA/PREVIC. Após a assinatura, conforme dispõe a cláusula nove do Acordo as partes buscaram a homologação judicial para dar andamento aos demais procedimentos do qual tem prazo de 60 dias a partir da homologação na esfera judicial.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012.

3) A População do plano é assim constituída:

SALDADO			
Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	334	R$ 1.403,44	54,99
Aposentados	325	R$ 2.471,75	65,22
Pensões	45	R$ 2.405,95	66,58

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

TAXA REAL ANUAL DE JUROS	6%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0,00%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	0%
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO:	
DOS SALÁRIOS	0%
DOS BENEFICIOS DA ENTIDADE	0%
DOS BENEFíCIOS DO INSS	0%
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	NULA
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-83 MALE
COMPOSIÇÃO DE FAMILIA DE PENSIONISTAS	(*)
(*) EXPERIÊNCIA REGIONAL	

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2012, foi de 13,31% contra uma meta atuarial de 12,57%, o que, em termos reais, representa obter mais 0,66% contra uma meta atuarial de 6%, tomando-se como deflator o INPC do IBGE e utilizando-se o método de cotas para calcular as rentabilidades.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2012, as seguintes aberturas:

SALDADO	
Benefícios Concedidos	R$ 140.900.567,86
Benefícios a Conceder	R$ 87.248.376,75
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$ 228.148.944,61
Patrimônio de Cobertura do plano	R$ 140.021.610,95
Déficit	-R$ 88.127.333,66

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos regimes financeiros adotados na avaliação atuarial do exercício de 2011, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela Fapers e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Do ponto de vista atuarial, estamos apresentando as seguintes recomendações a serem implantadas ao longo do exercício de 2013:

Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros, ou seja, adotar no máximo 5,75% em substituição aos 6% atuais;

Estudo da possibilidade de adoção da tábua de mortalidade adotando-se a Tábua de AT 2000 em substituição à Tábua AT 83 utilizada atualmente, tendo em vista os testes de aderência já apresentados.

Após a aprovação da PREVIC do processo de mediação, sejam adotadas as taxas de contribuições extraordinárias para todos os participantes e patrocinadoras, visando a busca do reequilíbrio do plano.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2013.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

Luiz Alberto Macalão Martini
Atuário MIBA 541

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers***, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers*** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers*** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - Fapers*** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfase

O Plano Misto, em 31 de dezembro de 2012, apresentou um Déficit Técnico Acumulado, pelo terceiro ano consecutivo, no montante de R$5.794 mil. Dessa forma, conforme disposto no § 3º, do art. 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o déficit apurado deverá ser imediatamente equacionado. Chamamos à atenção para a Nota 16 às demonstrações contábeis, que descreve as providências para equacionamento do déficit do Plano Misto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

O Plano Geral Saldado (PGS), em 31 de dezembro de 2012, apresentou um Déficit Técnico Acumulado no montante de R$88.128 mil, equivalente a 62,94% do Ativo Líquido de R$140.020 mil. Dessa forma, conforme disposto no § 2º, do art. 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o déficit apurado deverá ser imediatamente equacionado. Para resolver esta situação a Fapers abriu um procedimento de Mediação junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da PREVIC. A sentença arbitral homologatória do Acordo entre Ascar e Fapers foi assinada em 06 (seis) de novembro de 2012 sob o nº 01/2012/CMCA/PREVIC, conforme descrito na Nota 17 às demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, datado de 22 de março de 2012, sobre as quais emitimos relatório sem modificação, com ênfase, sobre os mesmos assuntos descritos no parágrafo de ênfase anterior.

Porto Alegre, 04 de março de 2013.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30.361

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fapers, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido do Plano Previdencial, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios, Demonstrações Consolidadas e por Plano de Benefício do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios e as Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012.

Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer do Atuário dos Planos de Benefícios e do Relatório dos Auditores Independentes, Exacto Auditoria S/S, datado de 04 de março de 2013, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 19 de março de 2013.

Gladimir Ramos de Souza
Presidente

Valdir Sangaletti
Conselheiro Titular

Maureen Spanenberg
Conselheira Suplente

Cláudio Rufino de Aguiar
Conselheiro Suplente

Fernando Luiz Horn
Conselheiro Suplente

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fapers, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado no Parecer do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e da Auditoria Externa Independente, delibera aprovar as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2012, em reunião realizada nesta data, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido do Plano Previdencial, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios, Demonstrações Consolidadas e por Plano de Benefício do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações das Obrigações Atuariais dos Plano de Benefícios e as Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

Porto Alegre, 26 de março de 2013.

Leonir Bonavigo
Presidente

Hamilton Lauer Centeleghe
Conselheiro Titular

Dulphe Pinheiro Machado Neto
Conselheiro Titular

Luiz Carlos Migliorini
Conselheiro Titular

Jorge Carlos Paiva Severo
Conselheiro Titular

Suzana Medianeira Lunardi
Conselheiro Suplente